

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

**Elera Renováveis S.A. e suas
controladas
(Anteriormente denominada Brookfield Energia
Renovável S.A.)**

31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente

**Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada
Brookfield Energia Renovável S.A.**

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Acionistas e Administradores da

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

(anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.)

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elera Renováveis S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elera Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Receita de venda de energia fornecida e não faturada

As receitas da Sociedade e suas controladas são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao comprador. A sociedade utiliza como procedimento estimar o montante de venda de energia realizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estornada e então registrada a venda efetivamente realizada, obtida pela medição da energia vendida nos últimos dias do mês anterior.

Como divulgado em nota explicativa 4, em 31 de dezembro de 2022 essa estimativa totalizou R\$129.873 e R\$247.444 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, e foram mensuradas com base nas projeções de consumo de energia, calculados com base no volume consumido por cada cliente. Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de energia envolve alto nível de julgamento por utilizar dados de faturamento em bases estimadas, o monitoramento desse assunto foi considerado como significativo para a auditoria e mantido como um assunto importante no processo de auditoria neste exercício.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria para a receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Sociedade e suas controladas para o cálculo da receita não faturada; (ii) compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) recálculo da estimativa de receita de venda de energia realizada e não faturada em dezembro de 2022 considerando a comparação da estimativa feita pela Administração com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; a validação da tarifa de venda de energia conforme estabelecido nos contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas, incluindo os reajustes de preços conforme contratos de venda de energia; e a realização de inspeção documental das últimas medições de energia fornecida e não faturada e confronto com o faturamento subsequente em conjunto com a revisão dos contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas para garantir que os contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas foram adequadamente registrados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e respectivas políticas contábeis da Sociedade e de suas controladas; e (iv) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota explicativa 4, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reorganização Societária com incorporação de entidades sob controle comum

Conforme divulgado na explicativa 2.5 às demonstrações financeiras, em 03 de outubro de 2022 e 01 de novembro de 2022, ocorreu a reorganização societária na Sociedade e a incorporação de Itiquira Energética S.A (“Itiquira”) e Barra do Braúna Energética S.A. (“Braúna”), respectivamente. A incorporação foi realizada com base em valores contábeis residuais dos respectivos ativos e passivos recebidos e cedidos como parte reestruturação societária sendo essa transação executada sobre controle comum e a Sociedade sendo a entidade remanescente a reorganização e as entidades Itiquira e Braúna sendo extintas.

Uma combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum é uma combinação de negócios na qual todas as entidades combinadas são controladas pela mesma parte, antes e depois da combinação de negócios. A transação envolveu empresas sob controle comum indireto e direto, respectivamente, portanto, não se enquadra no escopo do CPC 15 – Combinação de Negócios. O método aplicado pela Administração da Sociedade para registro da transação de controle comum considera que (i) os ativos e passivos das partes da combinação são refletidos pelos seus valores contábeis, (ii) nenhum ágio ou compra vantajosa foi reconhecido como resultado da combinação de entidades de controle comum e (iii) a demonstração do resultado da Sociedade reflete os resultados das partes após combinação.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a auditoria, tendo em vista a relevante alteração na posição patrimonial, financeira e societária da Sociedade com a transferência dos ativos e passivos da Itiquira e Braúna, e os respectivos tratamentos fiscais relacionados aos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações individuais e consolidadas Sociedade.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) avaliação sobre as premissas utilizadas pela Administração da Sociedade para conclusão sobre os principais aspectos contábeis e fiscais sobre uma reorganização societária sob controle comum e os respectivos registros contábeis realizados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas na data da reorganização; (ii) exame dos atos societários, das aprovações requeridas para as transações entre partes relacionadas; (iii) envolvimento de nossos especialistas em temas tributários para avaliação dos impactos fiscais relacionados a reconhecimento de impostos de renda diferidos pela incorporação das entidades, e os seus respectivos impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (iv) avaliação sobre os efeitos de divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios adotados para avaliação, contabilização e divulgações da reorganização societária na nota explicativa 2.5, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamente tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-RJ116384/O

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.735	27.073	59.077	108.603
Contas a receber	4	227.109	175.844	314.656	327.639
Estoques		6.657	-	27.215	20.445
Dividendos a receber	25	140.293	161.510	13.028	10.168
Impostos a recuperar		17.025	17.350	51.378	50.879
Despesa antecipada		1.204	205	5.748	4.049
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	45.723	94.608
Outros		11.328	519	21.982	5.361
Total do ativo circulante		412.351	382.501	538.807	621.752
Não circulante					
Depósitos restituíveis e valores vinculados	8	-	-	29.560	36.507
Contas a receber – Indenização	7	-	-	79.283	-
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	-	7.774
Mútuos a receber	6	32.673	166.405	-	4.221
Adiantamento para futuro aumento de capital	25	-	1	-	-
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga	9	15.770	-	15.770	16.761
Investimento	10	2.553.827	2.417.366	75.015	71.597
Imobilizado	11	456.077	64.989	3.202.091	2.791.791
Ativo financeiro	12	-	-	15.979	28.184
Intangível	13	7.177	6.912	94.747	102.696
Arrendamento	14	27.002	14.456	29.713	19.513
Outros		20.605	2.284	21.536	3.481
Total do ativo não circulante		3.113.131	2.672.413	3.563.694	3.082.525
Total do Ativo		3.525.482	3.054.914	4.102.501	3.704.277

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	15	76.063	88.021	126.454	126.108
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	72.329	302.859	107.575	317.336
Impostos e contribuições a recolher		3.347	852	26.920	22.785
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	9	2.440	-	2.440	2.440
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	40.072	103.528
Salários e encargos sociais		39.733	35.359	39.733	35.359
Dividendos a pagar	25	170.543	36.580	177.865	45.567
Arrendamento	14	6.581	4.531	8.644	7.106
Outras contas a pagar		1.811	-	5.984	3.556
Total do passivo circulante		372.847	468.202	535.687	663.785
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	555.442	530.196	928.414	917.297
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga	9	12.866	-	12.866	17.226
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	-	7.737
Impostos diferidos	24	24.328	-	26.249	-
Provisão para contingências	17	15.324	3.870	17.955	6.167
Arrendamento	14	22.336	11.666	23.727	15.043
Outras contas a pagar		106	273	1.955	273
Total do passivo não circulante		630.402	546.005	1.011.166	963.743
Patrimônio líquido					
Capital social	18	1.139.268	930.198	1.139.268	930.198
Reserva de capital	18	(11.888)	(15.025)	(11.888)	(15.025)
Reservas de lucros	18	562.196	306.237	562.196	306.237
Ajustes de avaliação patrimonial	18	832.657	819.297	832.657	819.297
		2.522.233	2.040.707	2.522.233	2.040.707
Participação de acionistas não controladores	19	-	-	33.415	36.042
Total do patrimônio líquido		2.522.233	2.040.707	2.555.648	2.076.749
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.525.482	3.054.914	4.102.501	3.704.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	20	806.693	924.807	1.512.987	1.484.431
Custo de geração de energia	21	(827.747)	(964.237)	(974.722)	(984.328)
(Prejuízo) Lucro bruto		(21.054)	(39.430)	538.265	500.103
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	21	(98.968)	(76.383)	(152.471)	(120.180)
Resultado com equivalência patrimonial	10	561.482	440.908	24.570	18.196
Outras (despesas) receitas operacionais	22	(16.383)	(13.852)	60.561	729
		446.131	350.673	(67.340)	(101.255)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		425.077	311.243	470.925	398.848
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	8.193	11.773	36.322	24.637
Despesas financeiras	23	(103.075)	(36.968)	(135.530)	(97.607)
		(94.882)	(25.195)	(19.987)	(72.970)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		330.195	286.048	371.717	325.878
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	24	-	-	(31.267)	(28.942)
Diferido	24	21.033	-	19.112	209
		21.033	-	(12.155)	(28.733)
Lucro líquido do exercício		351.228	286.048	359.562	297.145
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Controladora		351.228	286.048	351.228	286.048
Acionistas não controladores	19	-	-	8.334	11.097
Lucro básico por ação	18.e	0,26	0,26	0,27	0,27
Lucro diluído por ação	18.e	0,31	0,26	0,26	0,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada
Brookfield Energia Renovável S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	351.228	286.048	359.562	297.145
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	351.228	286.048	359.562	297.145
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Controladora	351.228	286.048	351.228	286.048
Acionistas não controladores	-	-	8.334	11.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada
Brookfield Energia Renovável S.A.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reserva de capital			Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimo- nial	Lucros acumu- lados	Total patrimônio líquido	Participa- ção de não con- troladores	Total patrimôni- o líquido
		Capital social	Ágio na subscriçã- o de ações	Perda em transa- ções de capital	Reserva legal	Retençã- o de lucros	Reserva de incentiv- os fiscais					
Saldos em 31 de dezembro de 2020		930.198	-	(15.032)	72.424	176.495	-	840.259	-	2.004.344	37.981	2.042.325
Venda de participação em investida		-	-	7	-	-	-	-	-	7	-	7
Realização da avaliação patrimonial	18.c	-	-	-	-	-	-	(20.962)	20.962	-	-	-
Declaração de dividendos intermediários ocorridas no exercício	18.d	-	-	-	-	-	-	-	(73.197)	(73.197)	-	(73.197)
Declarações de dividendos ocorridas no exercício	18.d	-	-	-	-	(176.495)	-	-	-	(176.495)	-	(176.495)
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.264)	(10.264)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	286.048	286.048	11.097	297.145
Constituição de reserva legal	18.b	-	-	-	14.302	-	-	-	(14.302)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.772)	(2.772)
Reserva de dividendos complementares	18.b	-	-	-	-	219.511	-	-	(219.511)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		930.198	-	(15.025)	86.726	219.511	-	819.297	-	2.040.707	36.042	2.076.749
Incorporação de Itiquira pela Elera		209.070	3.137	-	-	32.178	162.201	42.695	-	449.281	-	449.281
Realização da avaliação patrimonial	18.c	-	-	-	-	-	-	(21.431)	21.431	-	-	-
Amortização da reserva de reavaliação ref Impostos sobre a Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Positiva - Braúna	18.d	-	-	-	-	-	-	(8.536)	(38)	(8.574)	-	(8.574)
Amortização do Impostos sobre a Reavaliação Positiva - Itiquira	18.d	-	-	-	-	-	-	632	(632)	-	-	-
Declarações de dividendos ocorridas no exercício	18.d	-	-	-	-	(219.509)	-	-	-	(219.509)	-	(219.509)
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.877)	(8.877)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	351.228	351.228	8.334	359.562
Constituição de reserva legal	18.b	-	-	-	19.137	-	-	-	(19.137)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.d	-	-	-	-	-	-	-	(90.900)	(90.900)	(2.084)	(92.984)
Reserva de dividendos complementares	18.b	-	-	-	-	261.952	-	-	(261.952)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.139.268	3.137	(15.025)	105.863	294.132	162.201	832.657	-	2.522.233	33.415	2.555.648

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		351.228	286.048	359.562	297.145
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização de ágio alocado em ativo imobilizado	9, 10, 11 e 13	29.439	15.810	142.682	104.735
Depreciação de arrendamento	14	5.967	5.292	8.285	6.967
Juros sobre arrendamento	14	2.870	1.474	3.166	1.737
Encargos financeiros, líquidos	6 e 16	92.067	30.036	124.770	47.793
Baixa de ativo imobilizado e intangível	11 e 13	4.494	10.639	8.787	39.212
Baixa de ativo arrendamento	14	(1.440)	-	(1.917)	-
Baixa de ativo financeiro	12	-	-	-	860
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	5	-	-	(14.534)	9.499
Resultado de equivalência patrimonial	10	(561.482)	(440.908)	(24.570)	(18.196)
Provisão para contingências	17	1.493	715	1.820	1.161
Atualização monetária do UBP e ativo financeiro	9 e 12	29	-	(151)	107
Extensão de outorga	11	-	-	-	(70.838)
Juros sobre o capital próprio de BET	10	-	1.700	-	-
Impostos diferidos		(21.033)	-	(19.112)	(209)
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		(25.559)	111.092	30.798	123.292
Contas a receber - Indenização		-	-	(79.283)	-
Estoques		(86)	-	(400)	(2.053)
Impostos a recuperar		6.956	(1.559)	6.323	(2.133)
Despesas antecipadas		722	(70)	353	(1.643)
Outros		(1.926)	3.413	(8.110)	11.562
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		(34.318)	(75.567)	(24.411)	(126.258)
Salários e encargos sociais		3.557	4.255	3.557	4.255
Impostos e contribuições a recolher		(4.103)	(1.432)	(2.527)	2.342
Contas a pagar risco hidrológico		-	-	-	(178.623)
Uso do Bem Público (UBP) - direito de outorga	9	(766)	-	(4.935)	(4.186)
Outras contas a pagar		(291)	(102)	(129)	(106)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(152.183)	(49.164)	510.023	246.422
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Depósitos restituíveis e valores vinculados		-	-	6.947	(27.662)
Dividendos recebidos		518.562	354.271	18.292	10.600
Liberação de recursos para partes relacionadas	6	(29.350)	(247.986)	-	(3.971)
Recebimento de principal - operação de mútuo	6	160.603	83.832	-	-
Recebimento de juros - operação de mútuo	6	2.389	494	-	-
Recebimento de indenização sobre ativo financeiro	12	-	-	12.931	7.400
Ganho em transações de capital		-	7	-	7
Aumento (redução) de capital em empresas investidas	10	(63.629)	(82.705)	-	2.217
Venda de participação em investidas		-	2.300	-	2.300
Adiantamento para futuro aumento de capital realizados		1	24	-	25
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	11 e 13	(26.550)	(17.379)	(115.073)	(282.154)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		562.026	92.858	(76.903)	(291.238)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	20.400	557.242	6.532	587.551
Amortização de despesa de contratação	16	663	(2.162)	664	(2.010)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	16	(200.880)	(333.244)	(193.104)	(280.687)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	16	(73.493)	(13.764)	(99.509)	(29.203)
Pagamento de principal e juros de arrendamento	14	(7.321)	(6.367)	(9.671)	(7.583)
Dividendos e JSCP pagos		(218.510)	(219.769)	(231.136)	(230.859)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(479.141)	(18.064)	(526.224)	37.209
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(69.297)	25.630	(93.103)	(7.607)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		27.072	1.443	108.602	116.210
Adição de caixa por incorporação de Braúna		10.960	-	-	-
Adição de caixa por incorporação de Itiquira		39.999	-	43.577	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		8.734	27.073	59.076	108.603
Variacão líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(69.297)	25.630	(93.103)	(7.607)
Informações complementares:					
Valores pagos de IR:		-	-	16.442	14.046
Valores pagos de CS:		-	-	8.924	7.331
Adição de imobilizado sem efeito caixa de São Luiz		-	-	10.175	26.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Elera Renováveis S.A. (“Controladora”, “Sociedade” ou “BER”) é uma sociedade anônima de capital fechado, cujas atividades são a exploração da produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive na modalidade varejista, a prestação de serviços de operação e manutenção de usinas hidrelétricas e termoelétricas, a prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, bem como a participação em investimentos de outras sociedades, como sócia ou acionista, incluindo também, a participação em empreendimentos comerciais e industriais.

Suas empresas controladas atuam no segmento de construção, implantação, manutenção, operação e exploração de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), e de Usinas Hidrelétricas (“UHEs”), e estão apresentadas na nota explicativa 10.

PCHs exploradas diretamente e que detêm autorizações

A Sociedade por meio de suas controladas Rio Pedrinho, BEMG, Água Clara, ECCS, Salto Natal, Riachão, Rio Pomba, Rio Glória, Rio Manhuaçu, Grapon, São Geraldo, Salto Jaurú, Lumbrás, Ponte Alta, Pezzi, Serra dos Cavalinhos I, Serra dos Cavalinhos II e Lagoa Azul detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes PCHs, na forma de produtores independentes de energia:

<i>PCH</i>	<i>Potência em MW</i>	<i>Nº da autorização ANEEL</i>	<i>Vencimento do prazo da autorização</i>	<i>Local</i>
<i>Passo do Meio</i>	30,00	227/2000	Out/2033	<i>Bom Jesus e São Francisco de Paula - RS</i>
<i>Pedrinho I</i>	16,20	39/1999	Out/2033	<i>Boa Ventura de São Roque - PR</i>
<i>Anna Maria</i>	1,68	7/2000	Jul/2031	<i>Santos Dumont - MG</i>
<i>Guary</i>	5,40	6/2000	Mai/2031	<i>Santos Dumont - MG</i>
<i>Salto Natal</i>	15,12	231/2000	Nov/2033	<i>Campo Mourão - PR</i>
<i>Riachão</i>	13,40	117/2001	Nov/2036	<i>Mambaí e Buritinópolis - GO</i>
<i>Ivan Botelho II</i>	12,40	352/1999	Nov/2033	<i>Guarani - MG</i>
<i>Ivan Botelho III</i>	24,40	347/1999	Jan/2035	<i>Astolfo Dutra - MG</i>
<i>Ormeo Junqueira Botelho</i>	22,70	346/2000	Dez/2033	<i>Muriaé - MG</i>
<i>Benjamim Mario Baptista</i>	9,00	106/1999	Mar/2031	<i>Manhuaçu - MG</i>
<i>Ivan Botelho I</i>	24,30	346/1999	Mai/2033	<i>Guarani e Descoberto - MG</i>
<i>Túlio Cordeiro Mello</i>	15,80	451/2000	Jul/2033	<i>Abre Campo - MG</i>
<i>Salto</i>	19,00	215/2001	Dez/2037	<i>Jauru e Indiavaí - MT</i>
<i>Angelina</i>	26,27	55/2001	Mar/2040	<i>Major Gercino e Angelina - SC</i>
<i>Ponte Alta</i>	13,00	717/2003	Jun/2037	<i>São Gabriel do Oeste - MS</i>
<i>Pezzi</i>	19,00	617/2003	Out/2042	<i>Bom Jesus - RS</i>
<i>Serra dos Cavalinhos II</i>	29,025	2.509/2010	Fev/2042	<i>Monte Alegre dos Campos - RS</i>
<i>Serra dos Cavalinhos I</i>	25,00	4.497/2014	Jan/2047	<i>Monte Alegre dos Campos - RS</i>
<i>Foz do Estrela</i>	29,50	696/2003	Nov/2040	<i>Coronel Domingos Soares - PR</i>
	<u>351,195</u>			

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas diretamente e que detêm autorizações--Continuação

Originalmente, o prazo de vigência das autorizações das supracitadas PCHs era de 30 anos, contados a partir da data de publicação de suas autorizações. Algumas PCHs tiveram seus prazos de vigência ajustados pela ANEEL, conforme descrito abaixo.

Em 14 de novembro de 2016, a Resolução Autorizativa nº 6.116 estendeu o prazo de autorização da PCH Riachão para o dia 02 de maio de 2032, decorrente de repactuação do risco hidrológico.

Em 08 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.931, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão do prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Passo do Meio, Pedrinho I, Salto Natal, Benjamim Mário Baptista, Ivan Botelho I, Túlio Cordeiro de Mello, Salto, Angelina, Pezzi e Serra dos Cavalinhos II tiveram seus prazos de outorgas estendidos para 16 de junho de 2032, 05 de junho de 2031, 15 de julho de 2032, 11 de outubro de 2031, 28 de julho de 2032, 26 de outubro de 2033, 10 de maio de 2034, 22 de novembro de 2033, 22 de maio de 2037 e 18 de junho de 2047, respectivamente.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Anna Maria, Guary, Riachão, Ivan Botelho II, Ivan Botelho III, Ormeo Junqueira Botelho e Serra dos Cavalinhos I tiveram seus prazos de outorga estendidos para 03 de julho de 2031, 04 de maio de 2031, 14 de dezembro de 2034, 08 de dezembro de 2031, 22 de maio de 2031, 29 de novembro de 2032 e 23 de janeiro de 2046, respectivamente.

As PCHs Ponte Alta e Foz do Estrela não foram alcançadas pelas disposições da Lei nº 14.182 porque a primeira não participa do MRE e a segunda iniciou sua operação comercial apenas em maio de 2022.

Em 13 de outubro de 2021, as Resoluções Autorizativas nº 10.748 e nº 10.749, que em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Riachão, Salto Natal, Ponte Alta, Serra dos Cavalinhos I, Serra dos Cavalinhos II, Túlio Cordeiro de Melo e Angelina tiveram os seus prazos de outorgas estendidos para 02 de novembro de 2036, 21 de novembro de 2033, 05 de junho de 2037, 04 de janeiro de 2047, 23 de fevereiro de 2043, 22 de julho de 2033 e 02 de março de 2040, respectivamente.

Em 14 de dezembro de 2021, o Despacho nº 3.965 retificou a Resolução Autorizativa nº 10.748, corrigindo o prazo final de Outorga das PCHs Ponte Alta, Serra dos Cavalinhos I e Riachão.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas diretamente e que detêm autorizações--Continuação

Em 25 de janeiro de 2022, a Resolução Autorizativa nº 11.023/2022, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Benjamim Mário Baptista, Ivan Botelho I, Passo do Meio, Pedrinho I, Ivan Botelho II, Ivan Botelho III e Ormeo Junqueira Botelho tiveram os seus prazos de outorgas estendidos para 30 de março de 2031, 14 de maio de 2033, 17 de outubro de 2033, 01 de outubro de 2033, 28 de novembro de 2033, 26 de janeiro de 2035 e 31 de dezembro de 2033, respectivamente.

Em 26 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.318, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, a PCH Salto teve o prazo de outorga estendido até 29 de dezembro de 2037.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta nas Resoluções Homologatória nº 2.931 e 2.932/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foram publicadas as Resoluções Autorizativas de extensão do prazo de outorga para as usinas acima listadas em acordo com o disposto na Lei 14.182.

O prazo da autorização das PCHs pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Sociedade é detentora de Contrato de Concessão nº 213/98 firmado com a União para a exploração dos recursos hídricos do Rio Itiquira no município de Itiquira - MT, mediante a construção e implementação de usina, tendo prazo de vigência de 30 anos, contados a partir de 15 de dezembro de 1994. Em 08 de novembro de 2016, a Resolução Autorizativa nº 6.115 estendeu o prazo da autorização da UHE Itiquira para o dia 23 de dezembro de 2024, decorrente de repactuação do risco hidrológico.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações

A Sociedade por meio de suas controladas indiretas Serra Negra, Caçador, Cotiporã e Linha Emília detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes PCHs, na forma de produtores independentes de energia:

<i>PCH</i>	<i>Potência em MW</i>	<i>Nº da autorização ANEEL</i>	<i>Vencimento do prazo da autorização</i>	<i>Local</i>
<i>Piranhas</i>	<i>18,00</i>	<i>345/1999</i>	<i>Dez/2036</i>	<i>Piranhas – GO</i>
<i>Caçador</i>	<i>22,50</i>	<i>449/2000</i>	<i>Out/2038</i>	<i>Serafina Corrêa e Nova Bassano - RS</i>
<i>Cotiporã</i>	<i>19,50</i>	<i>452/2000</i>	<i>Dez/2038</i>	<i>Cotiporã – RS</i>
<i>Linha Emília</i>	<i>19,50</i>	<i>448/2000</i>	<i>Jan/2039</i>	<i>Dois Lajeados – RS</i>
	<u><i>79,50</i></u>			

Originalmente, o prazo de vigência das autorizações das supracitadas PCHs era de 30 anos, contados a partir da data de publicação de suas autorizações. Estas PCHs tiveram seus prazos de vigência ajustados pela ANEEL, conforme descrito abaixo.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Piranhas, Linha Emília, Caçador e Cotiporã tiveram os prazos de outorgas estendidas para 11 de maio de 2031, 24 de novembro de 2031, 12 de novembro de 2031 e 12 de novembro de 2031, respectivamente.

Em 25 de janeiro de 2022, a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Piranhas, Linha Emília, Caçador e Cotiporã tiveram os prazos de outorgas estendidos para 08 de dezembro de 2036, 31 de janeiro de 2039, 31 de outubro de 2038 e 23 de dezembro de 2038, respectivamente.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.932/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foram publicadas as Resoluções Autorizativas de extensão do prazo de outorga para as PCHs Piranhas, Linha Emília, Caçador e Cotiporã em acordo com o disposto na Lei 14.182.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações--Continuação

O prazo da autorização das PCHs pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao término do prazo das autorizações, os bens e as instalações realizadas para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos não amortizados. Nesse caso, o montante da indenização a ser recebido é determinado a partir dos valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

A controlada Zona da Mata detém concessão da ANEEL para exploração da PCH João Camilo Penna, em regime de serviço público, enquanto a Elera Renovável passou a deter as UHE Itiquira e UHE Barra do Braúna, após a incorporação de suas antigas titulares:

PCH/UHE	Potência em MW	Nº da concessão	Vencimento da concessão	Local
<i>João Camilo Penna</i>	<i>21,40</i>	<i>02/1996</i>	<i>Jul/2033</i>	<i>Raul Soares – MG</i>
<i>PCH Paraíso I</i>	<i>21,6</i>	<i>358/1999</i>	<i>Set/2032</i>	<i>Costa Rica - MS</i>
<i>UHE Assis Chateaubriand</i>	<i>29,5</i>	<i>02/1997</i>	<i>Fev/2029</i>	<i>Ribas do Rio Pardo - MS</i>
<i>Itiquira</i>	<i>157,37</i>	<i>213/1998</i>	<i>Jul/2026</i>	<i>Itiquira - MT</i>
<i>Barra do Braúna</i>	<i>39,00</i>	<i>11/2001</i>	<i>Dez/2038</i>	<i>Laranjal e Leopoldina - MG</i>
	<u><i>217,77</i></u>			

Originalmente, o prazo de vigência das concessões da PCH João Camilo Penna e da UHE Barra do Braúna era de 35 anos, contados a partir da data de assinatura de seus Contratos de Concessão nº 002/96 e nº 11/2001, respectivamente. Já para a UHE Itiquira, o prazo de vigência era de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do seu Contrato de Concessão nº 213/1998.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH João Camilo Penna UHE Barra do Braúna e a UHE Itiquira tiveram a extensão de suas outorgas homologadas. A UHE Itiquira teve o prazo de outorga estendido até 19 de junho de 2026 por meio do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 2113/1998, assinado em 16 de setembro de 2022, enquanto que a UHE Barra do Braúna teve seu prazo estendido até 09 de dezembro de 2038, por meio da assinatura do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2001, em 16 de setembro de 2022. Por fim, a PCH João Camilo Penna, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 05 de julho de 2022, teve seu prazo de outorga estendido para 25 de julho de 2033. Em 30 de setembro de 2022, por meio do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 213/1998, a UHE Itiquira foi transferida da Itiquira Energética S.A para a Elera Renováveis S.A.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações--Continuação

Em 21 de outubro de 2022, por meio do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2021, a UHE Barra do Braúna foi transferida da Barra do Braúna Energética S.A. para a Elera Renováveis S.A.

Os prazos destas concessões podem ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. Por sua vez, a UHE Itiquira teria previsão de prorrogação por mais 20 anos, em atendimento ao disposto no artigo 3º do Decreto s/nº de 14 de dezembro de 1994.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente. Para a PCH João Camilo Penna, o valor da indenização será calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), estabelecido pela MP 579, convertida na Lei 12.783/2013.

Além da PCH João Camilo Penna, fazem parte do contrato de concessão da controlada Zona da Mata os seguintes registros de geração publicados pela ANEEL para exploração de CGHs.

Em 03 de agosto e 14 de setembro de 2021, as Resoluções Homologatórias nº 2919/2021 e 2932/2021 estenderam o prazo das outorgas da PCH Paraíso I e a UHE Assis Chateaubriand, respectivamente, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Paraíso I e a UHE Assis Chateaubriand tiveram o prazo de suas outorgas alterados para 29 de setembro de 2032 e 10 de fevereiro de 2029, respectivamente.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs e UHEs exploradas diretamente e que detêm concessões--Continuação

CGH	Potência em MW	Registro da ANEEL	Registro até	Local
<i>Miguel Pereira</i>	<i>0,74</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Miraí – MG</i>
<i>Santa Cecília</i>	<i>0,42</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Miraí – MG</i>
<i>Roça Grande</i>	<i>0,77</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Manhuaçu – MG</i>
<i>Cachoeira Alta</i>	<i>0,30</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Manhumirim – MG</i>
<i>Matipó</i>	<i>0,42</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Matipó – MG</i>
	<u><u>2,65</u></u>			

As usinas sob regime de registro seguem o determinado na Lei nº 9.074/95, alterada pela Lei nº 13.360/16, que prevê prazo indeterminado para exploração devendo cumprir com as normas da agência reguladora atinentes, principalmente em relação à fiscalização.

O leilão para as concessões existentes ocorreu no dia 25 de novembro de 2015, no qual a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais S.A.) adquiriu a concessão de todas as usinas do estado de Minas Gerais participantes do leilão.

No dia 17 de dezembro de 2015, a Zona da Mata recebeu da Eletrobrás o pagamento da indenização da UHE Neblina, conforme divulgado na Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, cujo montante corrigido é no valor aproximado de R\$12.780. Ocorre que o valor da indenização foi parcelado mensalmente durante 7 anos, o que resultou em uma ação judicial para reconhecimento do devido ressarcimento.

Diante desse fato, Zona da Mata obteve mandato de segurança que lhe garantiu o devido reconhecimento do pagamento único e à vista do valor devido. Em atendimento à ordem judicial proferida nos autos do Pedido de Efeito Suspensivo nº 0049778-75.2017.4.01.0000, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, relativos às indenizações das UHEs Coronel Domiciano e Ervália, a CCEE realizou em 28 de dezembro de 2018 o depósito de R\$32.123 na conta da Zona da Mata. Nos termos da Portaria nº 458/2015 do MME, de 01 de Outubro de 2015, a Zona da Mata realizou a solicitação de depósito complementar junto a CCEE, assim como a realização dos depósitos mensais subsequentes, devidamente atualizados, tal como determinado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Por sua vez, a usina Maurício, também detida por Zona da Mata, teve seu pedido de extinção da outorga aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa 4.467/2013, publicada em 02 de janeiro de 2014. Nesse caso, não houve questionamento sobre o ressarcimento devido.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Vigência dos contratos de venda de energia (PPA)

As controladas diretas e indiretas possuem contratos de compra e venda de energia (PPA) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/01/2008	07/07/2045
Partes relacionadas	01/01/2013	31/12/2030
Consumidores livres de energia	01/01/2010	31/12/2031
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	30/09/2006	19/06/2029

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, mútuos a receber, contas a receber, depósitos restituíveis e valores vinculados, Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga, ativo financeiro, dividendos a receber e contratos de comercialização de energia.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros--Continuação*

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures, uso do bem público (UBP), arrendamento, dividendos a pagar e contratos de comercialização de energia.

c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

d) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas.

f) Intangível

Referem-se a gastos com desenvolvimento de projetos, os quais são capitalizados a partir do momento em que os projetos passam da fase de estudo para desenvolvimento.

g) Investimentos

Os investimentos na controlada e nas controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) Investimento em coligada e em controlada, para fins de demonstrações financeiras individuais.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 10.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Sociedade na entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Investimentos--Continuação

O montante de investimento na controlada é eliminado para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, enquanto o saldo do investimento no empreendimento controlado em conjunto é mantido pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme alternativa de política contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1(R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1(R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

h) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

i) Ativo financeiro

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio de reajuste ou revisão tarifária da distribuidora de energia, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa.

j) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 11.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo imobilizado da controlada direta São Luiz se refere aos gastos incorridos com a construção da usina. O ativo imobilizado enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Conseqüentemente, os encargos financeiros sobre financiamento do BNDES são capitalizados no ativo imobilizado de acordo com o CPC 20 (R1). O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 10.174. A capitalização dos juros encerrou-se no momento que o ativo entrou em operação (nota 1) e conseqüentemente não se trata de um ativo qualificável de acordo com o CPC 20 – Custos de Empréstimos.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

l) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

m) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas. A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como Agente em parte dos seus contratos caracterizados pelas operações as quais os riscos estão sendo repassados as partes relacionadas, para estas transações a Sociedade é um intermediador da operação, e como Principal nos contratos os quais a Sociedade está exposta aos riscos das transações, ou seja, a mesma arcará com eventuais sanções / penalidades por não cumprir com as obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com as contrapartes.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

n) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade e as controladas COINCE, BET, ESCURA e SLUIZ, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

n) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

p) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

r) Contratos futuros de energia (compra e venda)

A controlada direta Brookfield Energia Comercializadora Ltda. (BET) possui um portfólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. A Brookfield Energia Comercializadora Ltda. possui flexibilidade para gerenciar esses contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem quitados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e são reconhecidos no balanço da Brookfield Energia Comercializadora Ltda. pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo dos derivativos de compra e venda de energia são estimados com base nas cotações de preços de mercados ativos onde tais dados são observáveis de mercado de venda e energia e estão disponíveis a cada fechamento contábil para mensuração de valor justo. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

Controladas diretas	Percentuais de participação	
	2022	2021
Água Clara Energética S.A.	100%	100%
Barra do Braúna Energética S.A.	0%	100%
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	100%	100%
Brookfield Energia Renovável Minas Gerais S.A.	100%	100%
Cachoeira Escura Energética S.A.	100%	0%
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	100%	100%
Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE	100%	100%
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	100%	100%
Energética Ponte Alta S.A.	100%	100%
Energética Rio Pedrinho Ltda.	100%	100%
Energética Salto Natal S.A.	100%	100%
Igarapé Energética Ltda.	100%	0%
Lagoa Azul Energética S.A.	100%	100%
Manon Energia S.A.	100%	0%
Lumbrás Energética S.A.	100%	100%
Pezzi Energética S.A.	100%	100%
Riachão Energética Ltda.	100%	100%
Rio Glória Energética Ltda.	100%	100%
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	100%	100%
Rio Pomba Energética Ltda.	100%	100%
Salto Jauru Energética S.A.	76,08%	76,08%
Santa Clara Energética Ltda.	100%	100%
São Geraldo Energética Ltda.	100%	100%
São Luiz Energética S.A.	100%	100%
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	100%	100%
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	100%	100%
Zona da Mata Geração S.A.	100%	100%
Controladas indiretas	2022	2021
Caçador Energética S.A.	100%	100%
Cotiporã Energética S.A.	100%	100%
Linha Emília Energética S.A.	100%	100%
Serra Negra Energética S.A.	70%	70%
Bela Vista Energética Ltda.	100%	0%
Pantanal Energética Ltda.	100%	0%

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. - Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.:

Em 03 de outubro de 2022 ocorreu a Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A em razão da operação proporcionar benefícios de natureza negocial, legal, econômica e regulatória, otimização da estrutura societária resultando na redução de custos administrativos e operacionais.

O resultado de R\$32.178 foi incorporado na Elera Renováveis S.A. via acervo líquido em reserva de lucros e a partir dessa data os resultados da entidade incorporada passam a ser da Sociedade. Ambas as entidades possuíam o mesmo acionista controlador de forma indireta, dessa forma, a incorporação da empresa se configura de controle comum.

Foram registrados na Sociedade, os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Itiquira Energética S.A.

Balanco individual de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	03/10/2022
Caixa e equivalentes de caixa	39.999
Contas a receber	14.470
Despesas antecipadas	1.261
Estoque	4.831
Empréstimos a receber	313.979
Impostos a recuperar	6.621
Outras contas a receber	7.268
Total ativo circulante	<u>388.429</u>
Investimento	229.074
Depósitos judiciais	17.678
Imobilizado	199.961
Arrendamento	508
Total do ativo não circulante	<u>447.221</u>
Total do Ativo	<u><u>835.650</u></u>

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. - Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.—Continuação:

Balanço individual de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	03/10/2022
Contas a pagar	18.709
Empréstimos e financiamentos	85.768
Impostos e contribuições a recolher	5.846
Salários e encargos sociais	923
Dividendos a pagar	42.018
Arrendamento	263
Outras contas a pagar	1.505
Total do passivo circulante	<u>155.032</u>
Empréstimos e financiamentos	184.260
Impostos diferidos	36.788
Provisões para contingências	9.961
Arrendamento	328
Total do passivo não circulante	<u>231.337</u>
Capital Social	136.474
Reserva de capital	3.839
Reserva de lucros	104.072
Reserva de incentivo fiscal	162.201
Reserva de reavaliação patrimonial	42.695
Total do patrimônio líquido	<u>449.281</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>835.650</u></u>

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. - Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.—Continuação

Balanço consolidado de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	<u>03/10/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	43.577
Contas a receber	17.815
Despesas antecipadas	2.052
Estoque	6.370
Empréstimos a receber	313.979
Impostos a recuperar	6.822
Outras contas a receber	8.862
Total ativo circulante	<u>399.477</u>
Depósitos judiciais	17.687
Imobilizado	427.598
Arrendamento	955
Total do ativo não circulante	<u>446.240</u>
Total do Ativo	<u>845.717</u>
Contas a pagar	24.802
Empréstimos e financiamentos	85.768
Impostos e contribuições a recolher	6.662
Salários e encargos sociais	923
Dividendos a pagar	42.018
Arrendamento	495
Outras contas a pagar	2.283
Total do passivo circulante	<u>162.951</u>
Empréstimos e financiamentos	184.260
Impostos diferidos	36.788
Provisões para contingências	9.968
Arrendamento	619
Outras contas a pagar	1.850
Total do passivo não circulante	<u>233.485</u>
Capital Social	136.474
Reserva de capital	3.839
Reserva de lucros	266.273
Reserva de reavaliação patrimonial	42.695
Total do patrimônio líquido	<u>449.281</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>845.717</u>

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. - Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.--Continuação:

Após a reorganização societária, reorganização a Elera Renováveis Participações S.A. continua sendo o acionista controlador da Companhia com participação de 81,65% e a Itisa Holding LLC anterior acionista da Itiquira Energética S.A. com 100% das ações da entidade a incorporada, passa a deter 18,35% de participação na BER como parte da relação de troca calculada em 0,86 por ação sem ganho ou perda entre as duas empresas. O resultado apurado pela Itiquira até a data da incorporação foi incorporado na Elera via acervo líquido em reserva de lucros e a partir dessa data os resultados da entidade incorporada passam a ser da Elera.

A distribuição do capital e participação acionárias após a reorganização societária está descrita conforme abaixo:

Acionistas	Quantidade de Ações em milhares	Capital social	Quantidade de Ações em milhares	Capital social
	2022	2022	2021	2021
Elera Renováveis Participações S.A.	1.084.976.702	930.198	1.084.977	930.198
Itisa Holding LLC	243.858.663	209.070	-	-
TOTAL	1.328.835.365	1.139.268	1.084.977	930.198

Demonstração do resultado de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	03/10/2022
Receita operacional líquida	157.245
Custo de geração de energia	(115.422)
Lucro bruto	41.823
Receitas (despesas) operacionais	
Gerais e administrativas	(11.602)
Outras despesas operacionais	(1.128)
	(12.730)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	29.093
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	37.473
Despesas financeiras	(34.389)
	3.084
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	32.177
Imposto de renda e contribuição social	
Corrente	(3.843)
Diferido	3.844
Lucro líquido do exercício	32.178

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. - Incorporação de Barra do Braúna Energética S.A. por Elera Renováveis S.A.:

Em 01 de novembro de 2022 ocorreu a Incorporação de Barra do Braúna Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A em razão da operação proporcionar benefícios de natureza negocial, legal, econômica e regulatória, otimização da estrutura societária resultando na redução de custos administrativos e operacionais oriundos das obrigações contábeis, fiscais e regulatórias. Como a Sociedade incorporada era controlada de forma integral pela Elera Renováveis S.A. não há impacto nas demonstrações financeiras consolidadas. Foram registrados na Elera Renováveis S.A., os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Barra do Braúna Energética S.A.

Balanço individual de incorporação em 1º de novembro de 2022:

	01/11/2022
Caixa e equivalentes de caixa	10.960
Contas a receber	11.236
Despesas antecipadas	460
Estoque	1.740
Impostos a recuperar	10
Outras contas a receber	2.239
Total ativo circulante	<u>26.645</u>
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	15.935
Depósitos judiciais	20
Imobilizado	194.245
Arrendamento	325
Total do ativo não circulante	<u>210.525</u>
Total do Ativo	<u><u>237.170</u></u>
Contas a pagar	3.696
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	2.440
Arrendamento	176
Impostos e contribuições a recolher	752
Outras contas a pagar	324
Total do passivo circulante	<u>7.388</u>
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	13.603
Arrendamento	164
Total do passivo não circulante	<u>13.767</u>
Capital Social	135.267
Reserva de lucros	55.332
Reserva de reavaliação patrimonial	25.416
Total do patrimônio líquido	<u>216.015</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>237.170</u></u>

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	312	307	5.661	11.923
Aplicações financeiras	8.423	26.766	53.416	96.680
Total	8.735	27.073	59.077	108.603

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	-	18.062	15.816	43.703
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	-	5.403	29.177	49.676
Banco Itaú S.A.	Op. compromissada	CDI	8.423	3.301	8.423	3.301
			8.423	26.766	53.416	96.680

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Venda de energia	20.117	27	194.373	157.428
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	-	8.671	7.942	84.164
Contas a receber – partes relacionadas	206.992	167.146	112.341	86.047
	227.109	175.844	314.656	327.639

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo a vencer (*)	129.873	120.572	247.444	280.479
Saldo vencido até 30 dias	27.763	30.199	24.730	16.961
Saldo vencido de 31 a 90 dias	23.481	4.477	18.239	12.224
Saldo vencido de 91 a 180 dias	18.611	11.724	20.513	876
Saldo vencido de 181 a 365 dias	16.375	8.872	568	17.099
Saldo vencido há mais de 365 dias	11.006	-	3.162	-
Total	227.109	175.844	314.656	327.639

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

(*) Os saldos a vencer são representados pela receita de venda de energia fornecida e não faturada.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contratos de comercialização de energia

A controlada direta da Sociedade, Brookfield Energia Comercializadora Ltda. (BET), opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Brookfield Energia Comercializadora Ltda., que foi reconhecido pelo seu valor justo e foram mensuradas através de dados observáveis de preço futuro de energia através da CCEE sendo este uma mensuração de valor justo de nível 2 de acordo como o CPC 48. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante de R\$ 5.651 para o resultado do consolidado foi reconhecida, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2022	2021
Comercialização de energia		
Marcação a mercado dos contratos de vendas	45.723	102.382
Marcação a mercado dos contratos de compras	(40.072)	(111.265)
Valor justo de marcação a mercado de instrumentos financeiros	5.651	(8.883)

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade teve um resultado de R\$ 14.534 (R\$ 9.499 em 31 de dezembro de 2021).

	Consolidado	
	2022	2021
Contrato de comercialização de energia		
Ativo		
Circulante	45.723	94.608
Não circulante	-	7.774
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros	45.723	102.382

	Consolidado	
	2022	2021
Contrato de comercialização de energia		
Passivo		
Circulante	(40.072)	(103.528)
Não circulante	-	(7.737)
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros	(40.072)	(111.265)

A controlada direta da Sociedade, Brookfield Energia Comercializadora Ltda., tem como política pré-estabelecida de efetuar operações de comercialização de energia com prazo máximo de dois anos.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	166.405	-	4.221	-
Liberação de recursos para partes relacionadas	29.350	247.986	-	3.971
Juros incorridos	2.560	956	-	200
Imposto sobre operação financeira	1.571	1.789	-	50
Exclusão mútuo -- Itiquira (*)	(4.221)	-	(4.221)	-
Amortização de principal	(160.603)	(83.832)	-	-
Amortização de juros	(2.389)	(494)	-	-
Saldo final	32.673	166.405	-	4.221

(*) O saldo refere-se a exclusão do mútuo de BER com Itiquira, uma vez que Itiquira foi incorporada em BER em 03/10/2022.

Em razão da Incorporação da Itiquira pela Elera Renováveis foi efetuado um encontro de contas do mútuo efetuado no exercício de 2016, através da aquisição de debêntures com a parte relacionada. Encerrando assim a operação entre elas. Estas debêntures eram remuneradas a 100% do CDI com mais sobretaxa de 0,50% ao ano, e possuía o vencimento em 09 de novembro de 2025. O valor nominal de cada uma das debêntures seria pago conforme disponibilidade de caixa, na data do vencimento, exceto se as debêntures fossem convertidas em ações.

Durante o exercício de 2022 a Sociedade efetuou novos saques nos contratos de mútuos já vigentes das partes relacionadas São Luiz no montante de R\$29.250 e Água Clara no montante de R\$100 e não teve novas liberações de mútuos entre as demais controladas. Para os contratos vigentes em 2022 também foram encerrados os contratos com Água Clara e São Luiz mantendo apenas ainda vigente os mútuos com as seguintes partes relacionadas Brookfield Energia Comercializadora e Salto Jaurú. Essas transações não possuem cobrança de juros entre elas, somente incidência de IOF. Essas transações não possuem data de vencimento.

Durante o exercício de 2021, a Sociedade efetuou a liberação de recursos no montante de R\$ 247.986 para as seguintes partes relacionadas Água Clara, São Luiz, Itiquira, Salto Jaurú e BET. Essas transações possuem cobrança de juros entre elas e incidência de IOF. O mútuo com a parte relacionada Itiquira possui data de vencimento de 15 de junho de 2027 e foi extinto devido a incorporação e com Salto Jaurú de 30 de julho de 2024.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber – Indenização

A composição do contas a receber por indenização é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Indenização Neblina e Sinceridade	79.283	-
Total	79.283	-

A controlada Zona da Mata busca, por meio da ação nº 0001189-76.2013.4.01.3400, indenização pela continuidade dos negócios decorrente da demora excessiva na análise e julgamento pelo órgão regulador nacional de energia (“ANEEL”) e União Federal, em relação ao pedido da Zona da Mata de renovação da concessão das PCHs Neblina e Sinceridade. Apesar do Governo Federal ter declarado que as condições para a renovação estavam cumpridas, o referido processo administrativo demorou mais de 7 anos, havendo indícios de que pelo menos quase 5 anos se deveram exclusivamente a questões burocráticas. Essa renovação das referidas concessões, à época, era amparada pela Lei 9.074/1995, aplicável ao nosso caso particular. Nos termos da referida lei, tal renovação era viável.

Uma das consequências dessa demora, culminou com o fato do pedido da Zona da Mata ter sido prejudicado pela publicação da medida provisória 579/2012, que posteriormente se transformou na lei 12.783/2013, que alterou substancialmente as regras para a renovação da concessão das PCHs, não mais permitindo sua viabilidade econômica.

Em julho de 2019 o Tribunal Regional Federal (“TRF”) acolheu o pedido da Zona da Mata e condenou a União Federal ao pagamento de acordo com a continuidade da operação a ser calculado oportunamente na decisão final do processo.

Posteriormente à decisão do TRF, a União Federal e a ANEEL recorreram em diversas oportunidades. Tais recursos foram todos negados pelos Tribunais. Mais recentemente, a ANEEL e a União Federal interpuseram os chamados “recursos especial e extraordinário”, apresentados no 1º trimestre de 2022 ao Superior Tribunal de Justiça e aguardando o seu exame de provimento.

O Código de Processo Civil brasileiro determina que, enquanto estiverem pendentes recursos especiais e extraordinários, “não é mais necessária a apresentação de garantias para a liquidação e ações que resultem em transferência de direitos e propriedades ou transferência de bens ou outros direitos reais”.

Com isso, o ganho concedido à Zona da Mata em decisão do TRF já publicada em 2019, as etapas finais do processo judicial e a confirmação que os recursos pendentes apresentados ao Superior Tribunal de Justiça (etapa final) em 2022, (a) não atenderam os requisitos a serem submetidos e analisados pelos Tribunais Superiores, de acordo com o respectivo Código de Processo Nacional e (b) são considerados como processo procrastinador.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas anteriormente denominada Brookfield Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber – Indenização--Continuação

Consequentemente, é de entendimento pela administração que a realização da receita do referido processo judicial passa a ser praticamente certa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com o CPC 25, parágrafo 33 bem como tal rubrica não deverá ser oferecida à tributação, por se tratar de indenização reparatória de danos, os quais foram provocados pelo Poder Público, além de não representar acréscimo patrimonial definitivo, mas tão somente sua mera recomposição, adicionado o fato que a natureza de indenização não se enquadra no conceito jurídico-constitucional de renda, lucro ou receita.

A decisão do TRF, acima mencionada, referiu-se à indenização referente aos ganhos que a Zona da Mata foi privada por não ter conseguido renovar a concessão das PCHs Neblina e Sinceridade. A Sociedade entende que os proventos calculados de acordo com os parâmetros e premissas regulatórias que são de domínio público através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e estão atualmente estimados em R\$ 79.283.

8. Depósitos restituíveis e valores vinculados (Consolidado)

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e valores vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado	
			2022	2021
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	17.931	36.507
Banco Santander S.A.	Fundos	CDI	11.629	-
			29.560	36.507

As investidas da Sociedade (Serra dos Cavalinhos I Energética S.A., Serra dos Cavalinhos II Energética S.A., Pezzi Energética S.A. e São Luiz Energética S.A.) possuem depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

(anteriormente denominada Brookfield Energia Renováveis S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Uso de Bem Público – UBP – Direitos de Outorga

A Sociedade, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Barra do Braúna, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M.

A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão.

O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (*pró-rata temporis*), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva. O valor presente das parcelas foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 3,5% ao ano tomando como base TJLP na data da concessão de 8% e a expectativa de inflação em 4,5%.

A Sociedade tem registrado o total do direito de outorga, ativo contra passivo, pelo valor presente, desde a entrada da usina em operação.

Movimentação do Uso do Bem Público - Direitos de Outorga:

Saldos do ativo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	-	-	16.761	17.937
Amortização	(165)	-	(991)	(1.176)
Incorporação de Braúna	15.935	-	-	-
Saldo final	15.770	-	15.770	16.761

Saldos do passivo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	-	-	19.666	23.140
Atualização monetária provisionada	29	-	575	712
Pagamento	(766)	-	(4.935)	(4.186)
Incorporação de Braúna	16.043	-	-	-
Saldo final	15.306	-	15.306	19.666

Passivo circulante	2.440	-	2.440	2.440
Passivo não circulante	12.866	-	12.866	17.226

Os compromissos do passivo não circulante, atualizados até 31 de dezembro de 2022, estão assim distribuídos:

2024	2.440
2025	2.440
2026	2.400
Após 2026	5.586
	<u>12.866</u>

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimento

	Participação		Patrimônio		Lucro (prejuízo)		Valor dos		Equivalência	
	sobre o capital total		líquido		do exercício		investimentos		patrimonial	
Investidas	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controladas										
Água Clara Energética S.A.	100,00%	100,00%	8.618	6.979	(1.431)	(1.230)	8.618	6.979	(1.431)	(1.230)
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	100,00%	100,00%	22.975	25.830	(1.863)	(4.160)	22.975	25.830	(1.863)	(4.160)
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	100,00%	100,00%	36.887	17.901	18.986	(32.099)	36.887	17.901	18.986	(32.099)
Barra do Braúna Energética S.A. (**)	0,00%	100,00%	-	206.163	-	49.735	-	206.163	45.840	49.735
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	100,00%	100,00%	104.603	108.332	13.271	7.218	104.603	108.332	13.271	7.218
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	100,00%	100,00%	126.764	123.200	13.881	9.195	126.764	123.200	13.881	9.195
Cachoeira Escura Energética S.A. (****)	100,00%	0,00%	221.271	261.624	26.094	43.043	221.271	-	5.794	-
Cia Canadense de Investimento em Energia S.A.	100,00%	100,00%	349.010	375.758	114.354	141.224	349.010	375.758	114.354	141.224
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	100,00%	100,00%	253.269	249.871	19.314	38.812	253.269	249.871	19.314	38.812
Energética Rio Pedrinho Ltda.	100,00%	100,00%	71.672	66.712	8.077	7.807	71.672	66.712	8.077	7.807
São Geraldo Energética Ltda.	100,00%	100,00%	100.040	104.617	9.043	11.963	100.040	104.617	9.043	11.963
Rio Glória Energética Ltda.	100,00%	100,00%	84.664	88.950	30.875	31.832	84.664	88.950	30.875	31.832
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	100,00%	100,00%	111.428	112.886	23.323	18.202	111.428	112.886	23.323	18.202
Lagoa Azul Energética S.A.	100,00%	100,00%	88.735	89.883	40.361	34.926	88.735	89.883	40.361	34.926
Lumbrás Energética S.A.	100,00%	100,00%	82.655	86.867	17.870	13.318	82.655	86.867	17.870	13.318
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	100,00%	100,00%	37.587	39.009	5.171	4.796	37.587	39.009	5.171	4.796
Pezzi Energética S.A.	100,00%	100,00%	77.828	94.350	9.198	4.061	77.828	94.350	9.198	4.061
Rio Pomba Energética Ltda.	100,00%	100,00%	58.607	59.764	17.092	16.097	58.607	59.764	17.092	16.097
Energética Ponte Alta S.A.	100,00%	100,00%	39.244	39.197	12.674	11.332	39.244	39.197	12.674	11.332
Riachão Energética Ltda.	100,00%	100,00%	90.176	96.605	8.123	14.895	90.176	96.605	8.123	14.895
Salto Jaurú Energética S.A.	76,08%	76,08%	71.167	70.346	6.204	3.389	54.147	53.520	4.718	2.578
São Luiz Energética S.A.	100,00%	100,00%	221.581	88.406	1.950	(35)	221.581	88.406	1.950	(35)
Energética Salto Natal S.A.	100,00%	100,00%	86.593	89.313	13.724	11.875	86.593	89.313	13.724	11.875
Zona da Mata Geração S.A.	100,00%	100,00%	104.011	70.845	106.567	30.379	104.011	70.845	106.567	30.379
Outros investimentos					-	-	-	-	-	(9)
Ágio alocado na aquisição de controladas (*)					-	-	46.447	50.811	-	-
					512.858	466.575	2.478.812	2.345.769	536.912	422.712
Não controladas										
Galera Centrais Elétricas S.A.	50,00%	50,00%	150.025	143.190	49.140	36.392	75.015	71.597	24.570	18.196
Rio Galera Energética S.A. (***)	50,00%	50,00%	4.724	4.731	(10)	81	-	-	-	-
					49.130	36.473	75.015	71.597	24.570	18.196
Total					561.988	503.048	2.553.827	2.417.366	561.482	440.908

(*) Ágio na aquisição das controladas Lumbrás Energética S.A. e Zona da Mata Geração S.A., além do ágio de Itiquira que foi incorporado na BER em 03/10/2022.

(**) O registro da equivalência patrimonial de BER sobre Braúna foi refletida apenas até Outubro de 2022. Após essa data, Braúna foi incorporada em BER.

(***) Em dezembro de 2021, foi assinado o contrato de compra e vendas das ações de Rio Galera Energética S.A.

(****) Investimento devido a incorporação de Itiquira na BER.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos--Continuação

Movimentação do investimento em controladas

Controladas	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Aporte/ (Redução) de capital	Dividendos	Incorporação	Saldo em 2022
Água Clara Energética S.A.	6.979	(1.431)	-	3.070	-	-	8.618
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	25.829	(1.863)	-	-	(991)	-	22.975
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	17.901	18.986	-	-	-	-	36.887
Barra do Braúna Energética S.A.	206.162	45.840	-	-	(35.987)	(216.015)	-
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	108.332	13.271	-	-	(17.000)	-	104.603
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	123.200	13.881	-	-	(10.317)	-	126.764
Cachoeira Escura Energética S.A.	-	5.794	-	(7.400)	(6.197)	229.074	221.271
Cia Canadense de Investimento em Energia S.A.	375.758	114.354	-	(1.739)	(139.363)	-	349.010
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	249.871	19.314	-	4.710	(20.626)	-	253.269
Energética Rio Pedrinho Ltda.	66.712	8.077	-	6.146	(9.263)	-	71.672
São Geraldo Energética Ltda.	104.617	9.043	-	(679)	(12.941)	-	100.040
Rio Glória Energética Ltda.	88.950	30.875	-	(2.135)	(33.026)	-	84.664
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	112.886	23.323	-	(3.610)	(21.171)	-	111.428
Lagoa Azul Energética S.A.	89.883	40.361	-	(1.405)	(40.104)	-	88.735
Lumbrás Energética S.A.	86.866	17.870	-	(8.348)	(13.733)	-	82.655
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	39.009	5.171	-	(1.107)	(5.486)	-	37.587
Pezzi Energética S.A.	94.350	9.198	-	(20.642)	(5.078)	-	77.828
Rio Pomba Energética Ltda.	59.764	17.092	-	(1.170)	(17.079)	-	58.607
Energética Ponte Alta S.A.	39.197	12.674	-	-	(12.627)	-	39.244
Riachão Energética Ltda.	96.606	8.123	-	-	(14.553)	-	90.176
Salto Jaurú Energética S.A.	53.522	4.718	-	-	(4.093)	-	54.147
São Luiz Energética S.A.	88.406	1.950	-	131.680	(455)	-	221.581
Energética Salto Natal S.A.	89.313	13.724	-	(2.942)	(13.502)	-	86.593
Zona da Mata Geração S.A.	70.845	106.567	-	(30.800)	(42.601)	-	104.011
Ágio alocado na aquisição de controladas	50.811	-	(4.364)	-	-	-	46.447
Total	2.345.769	536.912	(4.364)	63.629	(476.193)	32.706	2.478.812

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos—Continuação

Movimentação do investimento em controladas—Continuação

Controladas	Saldo em 2020	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Aporte/ (Redução) de capital	Dividendos	Cancelamento de dividendos	Saldo em 2021
Água Clara Energética S.A.	6.878	(1.230)	-	1.331	-	-	6.979
Brookfield Energia Renovável Minas Gerais S.A.	29.989	(4.160)	-	-	-	-	25.829
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	71.352	(32.099)	-	(21.353)	-	-	17.900
Barra do Braúna Energética S.A.	177.475	49.735	-	-	(21.048)	-	206.162
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	102.828	7.218	-	-	(1.714)	-	108.332
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	136.091	9.195	-	(9.200)	(12.886)	-	123.200
Cia Canadense de Investimento em Energia S.A.	355.123	141.224	-	(2.975)	(117.613)	-	375.759
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	163.542	38.812	-	57.220	(9.703)	-	249.871
Energética Rio Pedrinho Ltda.	68.371	7.807	-	-	(9.466)	-	66.712
São Geraldo Energética Ltda.	91.610	11.963	-	14.019	(12.975)	-	104.617
Rio Glória Energética Ltda.	83.395	31.832	-	(3.890)	(22.386)	-	88.951
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	91.309	18.202	-	24.517	(21.142)	-	112.886
Lagoa Azul Energética S.A.	89.472	34.926	-	(10.818)	(23.697)	-	89.883
Lumbrás Energética S.A.	60.483	13.318	-	28.843	(15.778)	-	86.866
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	33.695	4.796	-	5.966	(5.448)	-	39.009
Pezzi Energética S.A.	96.253	4.061	-	(5.000)	(965)	-	94.349
Rio Pomba Energética Ltda.	57.716	16.097	-	-	(14.050)	-	59.763
Energética Ponte Alta S.A.	31.626	11.332	-	-	(3.760)	-	39.198
Riachão Energética Ltda.	96.676	14.895	-	-	(14.965)	-	96.606
Salto Jaurú Energética S.A.	62.979	2.578	-	-	(12.035)	-	53.522
São Luiz Energética S.A.	88.331	(35)	-	-	-	111	88.407
Energética Salto Natal S.A.	86.746	11.875	-	6.262	(15.570)	-	89.313
Zona da Mata Geração S.A.	59.700	30.379	-	-	(19.235)	-	70.844
Outros investimentos	9	(9)	-	-	-	-	-
Ágio alocado na aquisição de controladas	55.757	-	(4.946)	-	-	-	50.811
Total	2.197.406	422.712	(4.946)	84.922	(354.436)	111	2.345.769

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos--Continuação

Principais informações sobre empresas controladas

Empresa	2022				2021			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Água Clara Energética S.A.	9.550	931	8.619	(1.431)	9.221	2.242	6.979	(1.230)
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	24.127	1.152	22.975	(1.863)	30.388	4.558	25.830	(4.160)
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	227.665	190.778	36.887	18.986	343.092	325.191	17.901	(32.099)
Barra do Braúna Energética S.A.	-	-	-	-	244.359	38.196	206.163	49.735
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	214.637	110.035	104.602	13.271	226.953	118.621	108.332	7.218
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	179.174	52.409	126.765	13.881	187.147	63.947	123.200	9.195
Cachoeira Escura Energética S.A.	227.069	5.798	221.271	26.094	-	-	-	-
Cia Canadense de Investimento em Energia S.A.	374.957	25.948	349.009	114.354	428.306	52.548	375.758	141.224
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	267.964	14.695	253.269	19.314	271.689	21.818	249.871	38.812
Energética Rio Pedrinho Ltda.	75.383	3.711	71.672	8.077	78.892	12.180	66.712	7.807
São Geraldo Energética Ltda.	103.508	3.469	100.039	9.043	108.573	3.956	104.617	11.963
Rio Glória Energética Ltda.	93.891	9.227	84.664	30.875	96.327	7.377	88.950	31.832
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	121.074	9.646	111.428	23.323	126.551	13.665	112.886	18.202
Lagoa Azul Energética S.A.	99.961	11.226	88.735	40.361	102.055	12.172	89.883	34.926
Lumbrás Energética S.A.	91.868	9.212	82.656	17.870	96.738	9.871	86.867	13.318
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	40.173	2.586	37.587	5.171	41.162	2.153	39.009	4.796
Pezzi Energética S.A.	128.837	51.009	77.828	9.198	136.242	41.892	94.350	4.061
Rio Pomba Energética Ltda.	65.290	6.683	58.607	17.092	68.184	8.420	59.764	16.097
Energética Ponte Alta S.A.	45.288	6.044	39.244	12.674	43.306	4.109	39.197	11.332
Riachão Energética Ltda.	99.611	9.435	90.176	8.123	104.321	7.716	96.605	14.895
Salto Jaurú Energética S.A.	100.021	28.855	71.166	6.204	109.919	39.573	70.346	3.389
São Luiz Energética S.A.	458.012	236.431	221.581	1.950	385.711	297.305	88.406	(35)
Energética Salto Natal S.A.	93.261	6.669	86.592	13.724	97.627	8.314	89.313	11.875
Zona da Mata Geração S.A.	125.329	21.318	104.011	106.567	73.414	2.569	70.845	30.379

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos--Continuação

Movimentação do investimento em empresas não controladas

Investidas	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Redução de capital	Venda de participação em investida	Saldo em 2022
Galera Centrais Elétricas S.A.	71.597	24.570	(21.152)	-	-	75.015
	71.597	24.570	(21.152)	-	-	75.015

Investidas	Saldo em 2020	Equivalência patrimonial	Dividendos	Redução de capital	Venda de participação em investidas	Saldo em 2021
Galera Centrais Elétricas S.A.	71.432	18.196	(15.812)	(2.219)	-	71.597
Rio Galera Energética S.A.	2.300	-	-	-	(2.300)	-
	73.732	18.196	(15.812)	(2.219)	(2.300)	71.597

Principais informações sobre as empresas não controladas

	2022				2021			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Galera Centrais Elétricas S.A.	177.881	27.856	150.025	4.940	208.066	64.874	143.192	36.393
Rio Galera Energética S.A.	4.725	2	4.723	9	4.733	2	4.731	81

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Movimentação do imobilizado da controladora

	Em serviço				Em curso				Total
	Reservatórios, barragens e adutoras	Transmissão e distribuição	Edificações, obras civis e benfeitorias	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Ágio na Incorporação	
31 de dezembro de 2020	-	-	14.763	343	79.424	-	17.477	-	112.007
Adições	-	-	-	-	-	-	16.343	-	16.343
Baixas	-	-	-	-	(1.331)	-	(4.735)	-	(6.066)
Transferência do intangível (*)	-	-	-	-	-	-	3.226	-	3.226
Transferências	-	-	-	-	10.517	-	(10.517)	-	-
31 de dezembro de 2021	-	-	14.763	343	88.610	-	21.794	-	125.510
Adições	-	-	-	-	-	91	25.929	-	26.020
Baixas	-	-	(161)	-	(6.380)	-	(1.437)	-	(7.978)
Incorporação Brauna	186.482	848	17.368	4.183	100.154	1.549	4.096	-	314.680
Incorporação Itiquira	524.183	49.726	101.432	6.388	139.708	2.483	2.332	116.468	942.720
Transferências	-	-	-	-	6.606	-	(6.606)	-	-
31 de dezembro de 2022	710.665	50.574	133.402	10.914	328.698	4.123	46.108	116.468	1.400.952
31 de dezembro de 2020	-	-	(2.277)	-	(48.058)	-	-	-	(50.335)
Adições de depreciação	-	-	(498)	-	(10.366)	-	-	-	(10.864)
Baixas de depreciação	-	-	-	-	678	-	-	-	678
31 de dezembro de 2021	-	-	(2.775)	-	(57.746)	-	-	-	(60.521)
Adições de depreciação	(8.985)	(484)	(1.613)	(141)	(12.377)	-	-	(1.310)	(24.910)
Baixas de depreciação	-	-	37	-	3.712	-	-	-	3.749
Incorporação Brauna	(65.783)	(385)	(7.295)	(1.613)	(45.359)	-	-	-	(120.435)
Incorporação Itiquira	(397.220)	(42.526)	(85.742)	(4.418)	(116.032)	-	-	(96.820)	(742.758)
31 de dezembro de 2022	(471.988)	(43.395)	(97.388)	(6.172)	(227.802)	-	-	(98.130)	(944.875)
Total em 31 de dezembro de 2021	-	-	11.988	343	30.864	-	21.794	-	64.989
Total em 31 de dezembro de 2022	238.677	7.179	36.014	4.742	100.896	4.123	46.108	18.338	456.077

(*) Durante o exercício de 2021 partes dos saldos registrados como ativo intangível foram transferidos para o imobilizado.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado—Continuação

Movimentação do imobilizado do consolidado

	Em serviço					Em curso				Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Impairment	Mais valia	
31 de dezembro de 2020	37.385	671.790	2.889.007	343.510	167.519	16.517	280.792	(2.408)	-	4.404.112
Adições	-	-	64.950	-	-	1.230	277.928	-	-	344.108
Adições sem efeito caixa (*)	-	-	-	-	-	-	26.384	-	-	26.384
Baixas (**)	-	(6.543)	(28.746)	-	(124)	(280)	(2.828)	-	-	(38.521)
Transferência do intangível	-	-	-	-	-	-	3.226	-	-	3.226
Transferências	-	19.860	106.019	3.281	98	(609)	(128.649)	-	-	-
31 de dezembro de 2021	37.385	685.107	3.031.230	346.791	167.493	16.858	456.853	(2.408)	-	4.739.309
Adições	-	-	-	-	-	1.412	112.099	-	-	113.511
Adições sem efeito caixa (*)	-	-	-	-	-	-	10.175	-	-	10.175
Baixas (**)	-	(14.637)	-	(381)	-	(228)	(1.503)	-	-	(16.749)
Incorporação	6.835	220.214	603.805	136.989	49.726	3.031	4.307	-	400.310	1.425.217
Transferências	13.139	54.205	258.249	143.385	210	(629)	(468.559)	-	-	-
31 de dezembro de 2022	57.359	944.889	3.893.284	626.784	217.429	20.444	113.372	(2.408)	400.310	6.271.463
31 de dezembro de 2020	(16.910)	(314.723)	(1.305.717)	(144.175)	(76.621)	-	-	-	-	(1.858.146)
Adições de depreciação	(786)	(29.722)	(52.118)	(7.548)	(4.181)	-	-	268	-	(94.087)
Baixas de depreciação	-	3.762	906	-	47	-	-	-	-	4.715
31 de dezembro de 2021	(17.696)	(340.683)	(1.356.929)	(151.723)	(80.755)	-	-	268	-	(1.947.518)
Adições de depreciação	(1.033)	(33.271)	(72.945)	(13.792)	(4.661)	-	-	225	(6.972)	(132.449)
Baixas de depreciação	-	7.986	-	245	-	-	-	-	-	8.231
Incorporação	(4.449)	(161.535)	(429.541)	(111.603)	(42.525)	-	-	-	(247.983)	(997.636)
31 de dezembro de 2022	(23.178)	(527.503)	(1.859.415)	(276.873)	(127.941)	-	-	493	(254.955)	(3.069.372)
Total em 31 de dezembro de 2021	19.689	344.424	1.674.301	195.068	86.738	16.858	456.853	(2.140)	-	2.791.791
Total em 31 de dezembro de 2022	34.181	417.386	2.033.869	349.911	89.488	20.444	113.372	(1.915)	146.665	3.202.091

(*) O montante de R\$10.175 em 31 de dezembro de 2022 e de R\$24.913 em 31 de dezembro de 2021 refere-se a capitalização de juros para conclusão da obra de São Luiz.

(**) Durante o exercício de 2022, o montante da baixa refere-se principalmente à desmobilização dos escritórios regionais de R\$ 10.468.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

As controladas diretas e indiretas da Sociedade efetuaram a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2022 e 2021 e não julgaram necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras, transmissão e distribuição e outros. O imobilizado da controladora, ou seja, os ativos administrativos são depreciados a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2021 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos (das empresas, Barra do Brauna, Bela Vista, Caçador, Cavalinhos I, Cavalinhos II, Cotiporã, Campos de Cima da Serra, Linha Emília, Rio Pedrinho, Galera, São Geraldo, Rio Glória, Grapon, Itiquira, Lagoa Azul, Lumbrás, Pantanal, Rio Manhuaçu, Pezzi, Rio Pomba, Ponte Alta, Riachão, Salto Jaurú, Santa Ana, Salto Natal e Serra Negra).

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização ou concessão, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

b) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), as controladas diretas e indiretas da Sociedade optaram durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens integrados do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 e em 1º de janeiro de 2010 de R\$ 1.783.654 e de R\$ 108.066, respectivamente, registrado no ativo imobilizado consolidado. Nos saldos do imobilizado da controladora são considerados o imobilizado administrativo e não foi efetuado ajuste por valores atribuídos para este imobilizado, pelo do custo de aquisição destes ativos serem equivalentes ao seu valor justo.

Devido a incorporação da Itiquira Energética S.A. a Elera Renováveis S.A. teve incorporado ao seu imobilizado os valores dos custos atribuídos que foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 372.325 registrado no ativo imobilizado da Itiquira. O saldo líquido incorporado pela Elera Renováveis S.A. R\$ 61.237.

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Sociedade e suas controladas analisaram o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2022, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis, exceto para uma de suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2020, na controlada direta Água Clara, a perda de R\$ 2.408 por redução ao valor recuperável foi representada pela redução no valor contábil dos ativos de geração ao seu respectivo valor recuperável. Os efeitos desta perda foram refletidos nas outras despesas operacionais da controlada.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

d) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, utilizando os preceitos de reconhecimento de Ativo não financeiro reconhecido ao valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

d) Extensão de outorga--Continuação

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, as controladas da Sociedade determinaram o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, conforme quadro abaixo. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro, é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas de suas controladas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021.

Conseqüentemente, em setembro de 2021 as suas controladas reconheceram o montante adicional da tabela abaixo de R\$ 64.950 bem como extensão de listada na tabela abaixo, conforme divulgado pela CCEE.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

d) Extensão de outorga—Continuação

Empresa	Extensão Outorga R\$	Extensão Outorga (meses)
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	12.229	58
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	11.105	45
Energética Rio Pedrinho Ltda.	6.495	49
Energética Salto Natal S.A.	6.041	47
Lumbrás Energética S.A.	12.815	63
Pezzi Energética S.A.	7.350	79
Riachão Energética Ltda.	7.355	39
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	3.648	54
Rio Pomba Energética Ltda.	4.614	33
Salto Jauru Energética S.A.	10.555	65
São Geraldo Energética Ltda.	6.211	66
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	2.458	23
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	10.672	155
Rio Glória Energética Ltda.	7.471	37
Água Clara Energética S.A.	554	17
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	1.441	15
Barra do Braúna Energética S.A.	10.424	33
Caçador Energética S.A.	5.884	17
Cotiporã Energética S.A.	5.584	17
Linha Emília Energética S.A.	5.858	17
Lagoa Azul Energética S.A.	5.927	17
Serra Negra Energética S.A.	4.917	17
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	12.229	58
	161.837	

Devido a incorporação da Itiquira a Sociedade reconheceu no seu imobilizado a extensão da outorga da Itiquira e de suas antigas controladas:

Empresa	Extensão Outorga R\$	Extensão Outorga (meses)
Bela Vista Energética Ltda.	10.744	34
Pantanal Energética Ltda.	9.898	14
Itiquira Energética S.A.	80.355	18
Total	100.997	

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativo financeiro

Com base nas características estabelecidas no contrato de Concessão 39/1999 e Portaria nº 2/1996, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível, em virtude de a sua recuperação estar condicionada à prestação do serviço público (vendas de energia).

A infraestrutura construída da atividade de geração de energia, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Sociedade é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte referente à venda de energia elétrica para seus clientes (emissão do faturamento mensal da medição de energia) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Movimentação do ativo financeiro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	28.184	35.841
Atualização monetária da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	726	605
Recebimento de parcela da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	(12.931)	(7.402)
Baixas de ativo financeiro	-	(859)
Total	<u>15.979</u>	<u>28.184</u>

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

Movimentação do intangível da controladora

	Estudos e projetos
31 de dezembro de 2020	14.353
Adições	1.036
Baixas	(5.251)
Transferências (*)	(3.226)
31 de dezembro de 2021	6.912
Adições	530
Baixas	(265)
31 de dezembro de 2022	7.177
Total em 31 de dezembro de 2021	6.912
Total em 31 de dezembro de 2022	7.177

(*) Durante o exercício de 2021 partes dos saldos registrados como ativo intangível foram transferidos para o imobilizado.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

Movimentação do intangível do consolidado

	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações obras civis Benfeitorias	Transmissão e distribuição	Bens em andamento	Estoque fixo	Total Intangível ZMT IFRIC 12	Direito de exploração e concessão	Estudos e projetos	Extensão de outorga	Contrato de cessão onerosa	Total
31 de dezembro de 2020	10.881	7.937	10.913	10	814	471	31.026	158.823	14.353	2.322	57.525	264.049
Adições	-	5.888	-	-	1.736	223	7.847	-	1.036	-	-	8.883
Baixas	(317)	-	-	-	-	-	(317)	-	(5.251)	-	-	(5.568)
Transferências	16	274	607	-	(897)	-	-	-	-	-	-	-
Transferência do intangível (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.226)	-	-	(3.226)
31 de dezembro de 2021	10.580	14.099	11.520	10	1.653	694	38.556	158.823	6.912	2.322	57.525	264.138
Adições	-	-	-	-	913	120	1.033	-	529	-	-	1.562
Baixas	-	-	-	-	(2)	(3)	(5)	-	(264)	-	-	(269)
Transferências	301	1	(12)	-	(290)	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2022	10.881	14.100	11.508	10	2.274	811	39.584	158.823	7.177	2.322	57.525	265.431
31 de dezembro de 2020	(7.120)	(5.397)	(8.314)	(6)	-	-	(20.837)	(103.066)	-	(160)	(28.070)	(152.133)
Adições de amortização	(422)	(374)	(426)	-	-	-	(1.222)	(4.944)	-	-	(3.305)	(9.471)
Baixas de amortização	162	-	-	-	-	-	162	-	-	-	-	162
31 de dezembro de 2021	(7.380)	(5.771)	(8.740)	(6)	-	-	(21.897)	(108.010)	-	(160)	(31.375)	(161.442)
Adições de amortização	(432)	(747)	(407)	-	-	-	(1.586)	(4.364)	-	-	(3.292)	(9.242)
31 de dezembro de 2022	(7.812)	(6.518)	(9.147)	(6)	-	-	(23.483)	(112.374)	-	(160)	(34.667)	(170.684)
Total em 31 de dezembro de 2021	3.200	8.328	2.780	4	1.653	694	16.659	50.813	6.912	2.162	26.150	102.696
Total em 31 de dezembro de 2022	3.069	7.582	2.361	4	2.274	811	16.101	46.449	7.177	2.162	22.858	94.764

(*) Durante o exercício de 2021 partes dos saldos registrados como ativo intangível foram transferidos para o imobilizado.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

Em 11 de julho de 2007, na controlada Rio Pomba Energética Ltda. ("Pomba"), Rio Manhuaçu Energética Ltda. ("Manhuaçu"), Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda. ("Grapon") e São Geraldo Energética Ltda. ("Geraldo"), foram firmados contratos de cessão onerosa de direitos de comercialização de energia elétrica entre a Elera Renováveis S.A. e a Cat-Leo Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., com a interveniência da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., por meio do qual foi manifestada a intenção de implementar redução dos montantes de energia contratados nos termos do CCVEE (contrato de compra e venda de energia elétrica) mantido com a CFLCL.

A parte do preço de cessão cabível as controladas foi estabelecida por meio do acordo sobre a vinculação de pagamento do preço de cessão onerosa de direitos e do termo de compromisso de redução da energia contratada assinados entre as controladas e a CFLCL, sendo registrado como ativo intangível nas controladas o montante de R\$ 9.769 (Pomba), R\$ 6.091 (Manhuaçu), R\$ 19.916 (Grapon) R\$ 10.039 (Gerald), equivalente respectivamente, à desconstratação de 7,25 MW (Pomba), 4,52MW (Manhuaçu) e 22,23 MW (Grapon) médios de energia. Esse ativo iniciou sua amortização em 1º de janeiro de 2016 até dezembro de 2029 (Pomba) e a partir de março de 2013 até dezembro de 2029 (Manhuaçu) de acordo com o período de autorização das PCHs cuja energia será desconstratada. Em 30 de agosto de 2010 foi celebrado primeiro termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica aditado e consolidado entre Elera Renováveis S.A.e Energisa Minas Gerais Distribuidor de Energia S.A., alterando a data de suprimento de energia a ser desconstratada de 1º de janeiro de 2011 para 1º de janeiro de 2016, conforme 1º aditivo ao termo de compromisso de redução de energia contratada para a controlada Rio Pomba Energética Ltda.

Para a controlada Grapon até 31 de dezembro de 2010, foram firmados diversos contratos para a venda dos 22,23 MW médio de energia. Esse ativo iniciou sua amortização em 1º de janeiro de 2010 e tem data prevista de encerramento em dezembro de 2029, de acordo com o período de desconstratação firmado em contrato.

Em agosto de 2012 a Rede Comercializadora de Energia S.A. e a controlada Brookfield Energia Comercializadora Ltda. ("BET") assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Comercializadora de Energia S.A. cedeu à BET os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A. ("SAJESA"), em contrapartida da liquidação de seu contas a pagar de energia elétrica.

De acordo com o termo de entendimentos iniciais, a SAJESA ficava obrigada a pagar à Rede Comercializadora de Energia S.A. valores de comissões incidentes sobre diferenças de valores entre a venda de energia no mercado livre e o preço pelo qual a energia seria vendida à CEMAT.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

Por força desse instrumento de cessão onerosa, as obrigações de pagamento que a SAJESA tinha com a Rede Comercializadora de Energia S.A foram transferidos para a BET.

A amortização deste intangível (registrado originalmente no montante de R\$ 11.710) ocorre com base no recebimento da comissão previamente citada, liquidadas de impostos, e impactado pelos montantes de energia negociados.

A Sociedade analisou o valor contábil do ativo intangível e nenhuma provisão para perda do seu valor recuperável foi requerida para as controladas supracitadas.

Ágio pago quando da aquisição das controladas Zona da Mata e Lumbrás, decorrente do direito de exploração delegado pelo Poder Público, está sendo amortizado pelo prazo de concessão da ANEEL, descontado o tempo decorrido até o início das operações de geração de energia.

A controlada Riachão Energética Ltda., aderiu a repactuação do risco hidrológico através do despacho nº 55 de 13 de janeiro de 2016, alterando o prazo de extensão da outorga de 5 de abril de 2031 para 2 de maio de 2032.

Desta forma, o saldo remanescente da repactuação, após o término da vigência do contrato repactuado, foi realocado para o Grupo do Ativo Intangível da Sociedade e será amortizado de forma linear até o final do prazo da outorga.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

Extensão de outorga – Zona da Mata

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Consequentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 5.888, bem como extensão de 25 meses na sua respectiva outorga.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Arrendamento

A composição dos arrendamentos é a seguinte:

Movimentação da controladora

Custo	Edificações	Equipamentos	Total
31 de dezembro de 2020	26.327	1.462	27.789
Adições	716	185	901
31 de dezembro de 2021	27.043	1.647	28.690
Adições	27.183	3.282	30.465
Baixas	(27.043)	-	(27.043)
Incorporação Itiquira	-	778	778
Incorporação Brauna	-	498	498
31 de dezembro de 2022	27.183	6.205	33.388
Depreciação			
31 de dezembro de 2020	(8.445)	(497)	(8.942)
Adições de depreciação (*)	(4.698)	(594)	(5.292)
31 de dezembro de 2021	(13.143)	(1.091)	(14.234)
Adições de depreciação (*)	(5.125)	(842)	(5.967)
Baixas de depreciação	14.258	-	14.258
Incorporação Itiquira	-	(270)	(270)
Incorporação Brauna	-	(173)	(173)
31 de dezembro de 2022	(4.010)	(2.376)	(6.386)
Total em 31 de dezembro de 2021	13.900	556	14.456
Total em 31 de dezembro de 2022	23.173	3.829	27.002

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Arrendamento--Continuação

Movimentação do consolidado

Custo	Edificações	Equipamentos	Total
31 de dezembro de 2020	26.928	3.612	30.540
Adições	743	5.110	5.853
31 de dezembro de 2021	27.671	8.722	36.393
Adições	27.183	5.485	32.668
Baixas	(27.671)	(2.892)	(30.563)
Incorporação Itiquira	-	778	778
Incorporação Pantanal	-	345	345
Incorporação Bela Vista	-	334	334
31 de dezembro de 2022	27.183	12.772	39.955
Depreciação			
31 de dezembro de 2020	(8.709)	(1.204)	(9.913)
Adições de depreciação (*)	(4.828)	(2.139)	(6.967)
31 de dezembro de 2021	(13.537)	(3.343)	(16.880)
Adições de depreciação (*)	(5.160)	(3.125)	(8.285)
Baixas de depreciação	14.687	738	15.425
Incorporação Itiquira	-	(270)	(270)
Incorporação Pantanal	-	(118)	(118)
Incorporação Bela Vista	-	(114)	(114)
31 de dezembro de 2022	(4.010)	(6.232)	(10.242)
Total em 31 de dezembro de 2021	14.134	5.379	19.513
Total em 31 de dezembro de 2022	23.173	6.540	29.713

(*) O direito de uso dos contratos é amortizado de acordo com o período de vigência dos contratos. Para edificações no Rio de Janeiro são 80 meses, em Mato Grosso são 20 meses e Mato Grosso do Sul são 50 meses. Para equipamentos são 35 meses (locação de frota veicular).

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Arrendamento--Continuação

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados a outorga.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamento são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Valor nominal dos pagamentos futuros	36.464	18.555	40.112	24.926
Ajuste a valor presente	(7.547)	(2.358)	(7.741)	(2.777)
	28.917	16.197	32.371	22.149
Passivo circulante	6.581	4.531	8.644	7.106
Passivo não circulante	22.336	11.666	23.727	15.043

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldos inicial	16.197	20.189	22.149	22.142
Adições	30.465	901	32.668	5.853
Pagamento	(7.321)	(6.367)	(9.671)	(7.583)
Baixas	(14.225)	-	(17.055)	-
Incorporação Itiquira (*)	591	-	591	-
Incorporação Brauna (*)	340	-	-	-
Incorporação Pantanal (*)	-	-	267	-
Incorporação Boa Vista (*)	-	-	256	-
Juros sobre arrendamento	2.870	1.474	3.166	1.737
Saldos final	28.917	16.197	32.371	22.149

(*) Reconhecimento inicial de leasing após reorganização.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade e suas controladas para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	6.581	8.644
2025	6.581	8.643
2026	6.581	6.440
2027	2.593	-
	22.336	23.727

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Compra de energia – MRE/CCEE	345	-	2.730	5.110
Fornecedores	14.102	7.275	66.305	79.239
Pesquisa e desenvolvimento	11.257	-	11.974	2.062
Contas a pagar – partes relacionadas	50.222	80.561	44.912	39.367
Seguros	137	185	533	330
Total	76.063	88.021	126.454	126.108
Passivo circulante	76.063	88.021	126.454	126.108

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Credor	Modalidade	Encargos	Controladora			
			2022		2021	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Banco Itaú	2ª emissão debêntures	100% do CDI + 1,9%aa	-	-	-	400.958
BP Brasil US Subco LLC	Partes relacionadas	Sob demanda	-	-	-	125.000
Banco do Brasil	Debêntures	100% do CDI + 1,3%aa	2.692	400.000	-	-
Banco Itaú (**)	Debêntures	100% do CDI + 2,9%aa	70.653	152.000	-	-
Barra do Braúna Energética	Partes relacionadas	Sob demanda	-	-	10.075	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	Partes relacionadas	Sob demanda	-	6.732	-	6.732
Itiquira Energetica S.A.	Partes relacionadas	100% do CDI + 2,9%aa	-	-	280.767	-
Itiquira Energetica S.A.	Partes relacionadas	Sob demanda	-	-	1.551	-
Zona da Mata Geracao S.A.	Partes relacionadas	Sob demanda	-	-	10.700	-
			73.345	558.732	303.093	532.690
	Despesa de contratação (*)		(1.016)	(3.290)	(234)	(2.494)
Total			72.329	555.442	302.859	530.196

(*) Refere-se ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

(**) A dívida acima é oriunda da Itiquira Energética S.A. que foi incorporada em outubro de 2022.

Durante o exercício de 2022, a Sociedade realizou operações de mútuo com as empresas Barra do Braúna, Rio Pedrinho Energética, Centrais Hidrelétricas Grapon, Zona da Mata Geração, Energética Salto Alto, Energética Ponte Alta e Rio Pomba Energética, no total de R\$ 21.200, sem incidência de encargos. Estes mútuos em aberto foram integralmente quitados em 2022.

A Sociedade já possuía mútuos com as empresas BP Brasil US Subco LLC e Zona da Mata que também foram quitados ao longo de 2022 no valor total de R\$ 135.700. A Sociedade também possuía mútuos com as empresas Itiquira Energética e Barra do Braúna que foram incorporados ao longo de 2022.

Atualmente existe apenas um mútuo em aberto com a empresa Galera Centrais Elétricas com saldo no valor de R\$ 6.732 sem incidência de encargos e sem vencimento.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

Credor	Modalidade	Encargos	Sociedade	Consolidado			
				2022		2021	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional							
Banco do Brasil	Debêntures	100% do CDI + 1,3%	BER	2.692	400.000	-	-
Banco Itaú (****)	Debêntures	100% do CDI + 2,9%aa	BER	70.653	152.001	-	-
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,51% a.a.	Pezzi	5.352	28.277	5.320	33.260
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,51% a.a.	Serra dos Cavalinhos II	8.029	42.133	7.983	49.613
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,18% a.a.	Serra dos Cavalinhos I	7.826	101.127	7.760	107.774
Banco Itaú	2ª emissão debêntures	100% do CDI + 1,9%aa	BER	-	-	-	400.958
BNDES	BNDES automático	IPCA + 3,89% a.a	SLUIZ	14.041	203.502	14.189	198.525
ITIQUEIRA	Partes relacionadas	Sob demanda	BER	-	-	282.318	-
GACEL	Partes relacionadas	Sob demanda	BER	-	6.732	-	6.732
BP Brazil US Subco	Partes relacionadas	Sob demanda	BER	-	-	-	125.000
				108.593	933.772	317.570	921.862
		Despesa de Contratação (**)	SLUIZ	(2)	(118)	-	-
		Despesa de Contratação (**)	Serra dos Cavalinhos I	-	(1.950)	-	(2.071)
		Despesa de Contratação (***)	BER	(1.016)	(3.290)	(234)	(2.494)
Total				107.575	928.414	317.336	917.297

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(**) Refere-se a gastos com comissões em favor do BNDES necessários para liberação do financiamento.

(***) Refere-se ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

(****) A dívida acima é oriunda da Itiquira Energética S.A. que foi incorporada em outubro de 2022.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	833.055	592.202	1.234.633	886.026
Captação	20.400	557.242	6.532	587.551
Juros capitalizados	-	-	10.175	24.913
Juros provisionados	96.526	32.590	125.301	48.038
Exclusão por Incorporação	(318.731)	-	(318.731)	-
Incorporação - Itiquira	272.268	-	272.268	-
Amortização – principal	(200.880)	(333.244)	(193.104)	(280.687)
Pagamento – juros	(73.493)	(13.764)	(99.509)	(29.203)
IOF provisionado	203	191	-	5
	629.348	835.217	1.037.565	1.236.643
Despesa de Contratação - Incorporação Itiquira	(2.240)	-	(2.240)	-
Despesa de Contratação	663	(2.162)	664	(2.010)
Saldo final	627.771	833.055	1.035.989	1.234.633

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor é composto por principal e juros e é amortizado mensalmente, tendo os contratos como vencimento as datas demonstradas abaixo:

Devedor	Credor	Vencimento
Pezzi	BNDES	15 de setembro de 2029
Serra dos Cavalinhos II	BNDES	15 de setembro de 2029
Serra dos Cavalinhos I	BNDES	15 de setembro de 2037
São Luiz	BNDES	15 de novembro de 2038
BER	Itaú	15 de dezembro de 2028

Em 03 de outubro de 2022 houve a incorporação da Sociedade Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.

No dia 01 de novembro de 2022 houve a incorporação da Sociedade Barra do Braúna Energética S.A pela Elera Renováveis S.A., esta não possuía dívida.

Em 29 de dezembro de 2021, a Sociedade liquidou a operação emitida em 14 de dezembro de 2018 composta por 25 mil debêntures públicas não conversíveis em ações no valor de R\$250 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$10 mil reais. Essas debêntures eram remuneradas a 113,4% do CDI com vencimento em 11 de setembro de 2023 e com pagamentos de juros semestrais.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

Em 23 de dezembro de 2021, a Sociedade efetuou a segunda emissão de debêntures, composta por 400 mil debêntures públicas não conversíveis em ações no valor de R\$400 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$1 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a 100% do CDI acrescida da taxa de 1,30% a.a., com vencimento em 15 de dezembro de 2028 amortizado em parcela única na data do vencimento.

Em 23 de dezembro de 2020, a Itiquira Energética S.A. emitiu 330.000 mil debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 330 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a CDI + 2,9% a.a. com vencimento em 15 de junho de 2027 e com pagamentos de juros e principal semestrais. Com a incorporação esta dívida passa a ser controlada pela Elera Renováveis S.A.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2022, têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	52.000	86.167
2025	55.000	89.167
2026	29.000	63.167
2027	16.000	50.167
Após 2027	403.442	639.746
Total	555.442	928.414

Garantias e covenants Banco Itaú:

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Sociedade do índice financeiro Geração de Caixa da Atividade dividido pelo EBITDA da Sociedade, que deverá ser inferior a 3,0 vezes, e pelo ICSD, que deverá ser inferior a 1,2 vezes, as qual foram atendidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não existiram cláusulas restritivas em default na controladora e nas controladas sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2021. As garantias são alienação fiduciária das ações, Cachoeira Escura, Bela Vista e Pantanal.

Garantias e covenants Banco do Brasil:

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Sociedade do índice financeiro do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA da Sociedade, que deverá ser inferior a 4,5 vezes, o qual foi atendido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Há ainda, no âmbito da escritura das debêntures, cessão fiduciária dos dividendos recebidos, através de conta corrente constituída para este fim. Não existiram cláusulas restritivas em default na controladora sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

Garantias e covenants BNDES:

A Elera Renováveis S.A. é a interveniente no contrato de empréstimo entre a São Luiz Energética S.A. e o BNDES. Não há cláusulas de covenants. As Sociedades CAVAL1, CAVAL2, PEZZI estão sujeitas a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e de O&M (Nota 8) e a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (debt-covenants), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as partes envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Riscos cíveis (a)	4.504	3.278	7.057	5.534
Riscos trabalhistas (b)	747	592	802	633
Riscos ambientais (c)	-	-	23	-
Riscos tributários (d)	10.073	-	10.073	-
Total	15.324	3.870	17.955	6.167

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela administração:

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2020	2.535	620	-	-	3.155
Adição	-	239	-	-	239
Atualização	743	293	-	-	1.036
Baixa	-	(560)	-	-	(560)
31 de dezembro de 2021	3.278	592	-	-	3.870
Adição	675	179	-	10.073	10.927
Atualização	551	183	-	-	734
Baixa	-	(207)	-	-	(207)
31 de dezembro de 2022	4.504	747	-	10.073	15.324

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2020	4.350	656	-	-	5.006
Adição	13	240	-	-	253
Atualização	1.246	298	-	-	1.544
Baixa	(75)	(561)	-	-	(636)
31 de dezembro de 2021	5.534	633	-	-	6.167
Adição	682	179	23	10.073	10.957
Atualização	879	165	-	-	1.044
Baixa	(38)	(175)	-	-	(213)
31 de dezembro de 2022	7.057	802	23	10.073	17.955

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

A controladora e suas controladas, em 31 de dezembro de 2022, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

a) Provisão para riscos cíveis

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022, existem provisões para contingências contabilizadas pela Sociedade, classificadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 4.504 (R\$ 3.278 em 31 de dezembro de 2021) referente a: (i) uma ação de desapropriação proposta pela Elera, no montante de R\$ 3.829; (ii) uma ação indenizatória em face de Elera, no montante de R\$ 541; (iii) uma ação de desapropriação proposta pela Itiquira, incorporada em 03/10/2022, no montante de R\$ 134.

Nas demais controladas da Sociedade

Linha Emília

Em 31 de dezembro de 2022 existem provisões para contingências contabilizadas pela Sociedade, classificadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 760 (R\$ 658 em 31 de dezembro de 2021). referente a duas ações de servidão administrativa.

Lumbrás Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe processo judicial cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 1.017 (R\$ 916 em 31 de dezembro de 2021), referente a servidão administrativa.

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe processo judicial cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 766 (R\$ 676 em 31 de dezembro de 2021) referente a uma ação de desapropriação.

Pezzi Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe processo judicial cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 3 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2021) referente a uma ação de desapropriação.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

São Geraldo Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe processo administrativo cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 5 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), refere-se a um auto de infração lavrado pelo CREA/MG.

b) Provisão para riscos trabalhistas

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022, existem ações judiciais trabalhistas, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, no montante de R\$ 747 (R\$ 592 em 31 de dezembro de 2021), referente a: (i) 7 reclamações trabalhistas em face de Elera, no montante de R\$ 724; (ii) uma reclamação trabalhista em face de Itiquira, incorporada em 03/10/2022, no montante de R\$ 23.

Nas demais controladas da Sociedade:

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma ação trabalhista classificada pelos nossos Assessores Jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 8 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2021).

Energética Rio Pedrinho

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos judiciais classificados como perda provável, no montante de R\$ 47 (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2021), referente a uma Reclamação Trabalhista.

c) Provisão para riscos ambientais

Serra dos Cavalinhos II Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 23 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

d) Provisão para riscos tributários

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022, há uma execução fiscal classificadas pelos nossos Assessores Jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 10.073 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021). A ação era direcionada à empresa Itiquira Energética S.A, incorporada pela Elera Renováveis em 03/10/2022, contudo o valor do débito em questão encontra-se consignado em juízo mediante depósito judicial. Que também foi registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como parte da reorganização societária.

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Riscos cíveis (a)	17.368	35.039	454.204	86.315
Riscos trabalhistas (b)	3.007	1.538	3.044	1.538
Ambiental (c)	2.006	-	4.080	100495
Admin./Judic. tributário (d)	52.012	237	62.422	8.598
Total	74.393	36.814	523.750	196.946

(a) Ações cíveis

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 96.937 (R\$ 35.039 em 31 de dezembro de 2021), referente a (i) vinte e uma ações indenizatórias em face de Elera, no montante de R\$ 47.954; (ii) quatorze ações indenizatórias em face de Barra do Braúna, incorporada pela Elera em 01/11/2022, além de um mandado de segurança impetrado em face da ANEEL, no montante de R\$ 4.440; (iii), uma demanda regulatória ajuizada por Itiquira Energética S.A, incorporada pela Elera Renováveis em 03/10/2022, no montante de R\$ 39.393.

Nas demais controladas da Sociedade:

Brookfield Energia Comercializadora

Em 31 de dezembro de 2022 existe processo cível, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 55 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma ação indenizatória.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existem 3 processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante total de R\$ 37.352 (R\$ 34.835 em 31 de dezembro de 2021), referente a (i) uma ação indenizatória cumulada com pedido de obrigação de fazer proposta por 50 autores contra 6 empreendedores de geração de energia com operação na bacia do Rio Jauru, (ii) uma ação monitória; e (iii) Uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso, sem valor associado no momento.

São Luiz Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existem quatro processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante total de R\$ 11.700 (R\$ 8.677 em 31 de dezembro de 2021), referente a três ações indenizatórias e uma Tutela Cautelar para suspender os efeitos de protesto realizado indevidamente.

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo cível, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 286 (R\$ 240 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma ação demarcatória e uma regulatória.

(b) Ações trabalhistas

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos, classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 3.007 (R\$1.538 em 31 de dezembro de 2021), referente a: (i) três reclamações trabalhistas em face de Elera, no montante de R\$ 1.738; (ii) três reclamações trabalhistas em face de Itiquira, incorporada em 02/10/2022, no montante de R\$ 1.269.

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe processo, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 37 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma reclamação trabalhista.

17. Provisão para contingências--Continuação

(c) Ações ambientais

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 2.006, referente a: (i) três autuações

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

administrativas ambientais em face de Elera, no montante de R\$ 27; (ii) uma autuação administrativa ambiental em face de Itiquira, no montante de R\$ 1.878, incorporada por Elera em 02/10/2022; (iii) três autuações ambientais em face de Barra do Braúna, incorporada por Elera, em 01/11/2022, no montante de R\$ 101.

Caçador Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda possível, no montante de R\$ 4 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 100 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Água Clara Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 18 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Pezzi Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 4 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Energética Ponte Alta

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 5 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

São Geraldo Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 16 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis--Continuação

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos ambientais, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 1.927 (R\$ 495 em 31 de dezembro de 2021), referentes a cinco autos de infração e dez indenizatórias. Constam, ainda, três ações ajuizadas em 2021 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais avaliada pelos assessores legais como perda possível, porém sem valor associado no momento.

(d) Administrativas e tributárias

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022 existe uma ação judicial tributária classificada como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 52.012 (R\$ 237 em 31 de dezembro de 2021), referente a: (i) cinco autos de infração em face de Itiquira incorporada pela Elera Renováveis em 03/10/2022, no montante de R\$ 41.310; (ii) duas ações de compensação proposta por Itiquira, no montante de R\$ 1.796; (iii) uma ação anulatória em face de Elera, no montante de R\$ 282; (iv) uma ação anulatória em face de Itiquira, no montante de R\$ 444; e (v) duas execuções fiscais em face de Itiquira, no montante de R\$ 8.180.

Nas demais controladas da Sociedade:

Caçador Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo administrativo tributário, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 407 (R\$ 356 em 31 de dezembro de 2021), referente a um pedido de compensação.

Cotiporã Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existem dois processos administrativos tributários classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 347 (R\$ 303 em 31 de dezembro de 2021) referente a pedidos de compensação.

Lumbrás Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 161 (R\$ 140 em 31 de dezembro de 2021) referente a pedido de compensação.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis--Continuação

Energética Campos de Cima da Serra

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 126 (R\$ 110 em 31 de dezembro de 2021) referente a pedido de compensação.

Elera Renováveis Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 591 (R\$ 2.012 em 31 de dezembro de 2021) referentes a duas execuções fiscais e um processo administrativo relativo a um lançamento tributário.

Energética Rio Pedrinho

Em 31 de dezembro de 2022, existem dois processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 912 (R\$ 799 em 31 de dezembro de 2021), referente a pedidos de compensação.

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui uma ação anulatória de lançamento tributário, classificada como probabilidade de perda possível, no montante total de R\$ 334 (R\$ 291 em 31 de dezembro de 2021).

Centrais Hidrelétricas Grapon

Em 31 de dezembro de 2022 existem seis processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 1.905 (R\$ 1.752 em 31 de dezembro de 2021), referentes a pedidos de compensações tributárias.

Rio Pomba Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existem três processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 840 (R\$ 735 em 31 de dezembro de 2021), referente a pedidos de compensação.

Riachão Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 211 (R\$ 184 em 31 de dezembro de 2021) referente a pedido de compensação.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis--Continuação

Energética Salto Natal

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo tributário, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 2.099 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021) referente a uma ação anulatória.

São Luiz Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante total de R\$ 982 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a um auto de infração.

Energética Ponte Alta

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 149 (R\$ 130 em 31 de dezembro de 2021), referente a pedido de compensação.

Rio Glória Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existem dois processos tributários administrativos, classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 906 (R\$ 793 em 31 de dezembro de 2021), referentes a pedidos de compensação.

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos tributários, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 440 (R\$ 325 em 31 de dezembro de 2021), referentes a três pedidos de compensação.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.139.268 (Em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 930.198), dividido em 1.328.835.365 (um bilhão trezentos e vinte e oito milhões oitocentos e trinta e cinco mil trezentos e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Conforme laudo de avaliação patrimonial, em razão da incorporação de Itiquira Energética S.A. ocorrida em 03 de outubro de 2022, o patrimônio líquido da Sociedade foi aumentado em R\$ 449.281, com o aumento de capital no montante de R\$ 209.070 com a emissão de 243.858.663 (duzentos e quarenta e três milhões oitocentos e cinquenta e oito mil seiscentos e sessenta e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Além disso, foram aumentadas em R\$ 3.137 a reserva de capital, R\$ 162.201 a reserva de incentivo fiscal, R\$ 42.695 a reserva de reavaliação patrimonial e R\$ 32.178 como reserva de lucros.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.3) *Reserva de incentivos fiscais*

Conforme laudo de avaliação patrimonial, em razão da incorporação de Itiquira Energética S.A. ocorrida em 03 de outubro de 2022, sua reserva de incentivos fiscais foi incorporada pela Sociedade.

Foi aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e homologado pela Secretaria da Receita Federal, conforme Ato Declaratório Executivo nº 158, de 20 de março de 2006, incentivo fiscal, especificamente com relação ao imposto de renda, pelo qual foi concedido à Sociedade o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2014. Em dezembro de 2013, a Sociedade obteve êxito na renovação do referido benefício fiscal na SUDAM, a perdurar por mais 10 anos, prorrogando o incentivo até 31 de dezembro de 2022. Com a obtenção do benefício tributário, a alíquota de IRPJ reduziu de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9% totalizando em 15,25% a alíquota somada de IRPJ e CSLL.

De 1º de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2021, esse benefício foi refletido diretamente nas demonstrações financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2008, em decorrência da mudança de prática contábil instituída pela Lei nº 11.638/07, as parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimentos passaram a ser registradas na rubrica "Imposto de Renda", no resultado do exercício. Na destinação do lucro, esses incentivos não afetaram a base para dividendos e foram apropriados à conta de "reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado das controladas diretas e indiretas da Sociedade realizada em 1º de janeiro de 2009, em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "Lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado foi depreciado e o Imposto de Renda e Contribuição Social apropriado ao resultado.

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019 e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. O aumento da vida útil também foi refletido no ajuste de avaliação patrimonial na mesma proporção de forma que a vida útil remanescente depreciável finalize dentro do mesmo período.

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Em 14 de abril de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 219.509 (R\$ 202,32 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 23 de dezembro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2021 no valor de R\$ 73.197 (R\$ 67,47 por lote de mil ações).

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

Em 23 de dezembro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 26.802 (R\$ 24,70 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 22 de junho de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 149.693 (R\$ 137,97 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

e) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Sociedade não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

O número de ações Elera Renováveis antes da reorganização societária era 1.084.976.702 ações e após a reorganização era de 1.328.835. O lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41 considerando a reorganização de controle comum. A Sociedade é a entidade sucessora a reorganização societária com incorporação Itiquira e Brauna.

O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Número de ações ordinárias no início do exercício (em milhares)	1.084.977	1.084.977	1.084.977	1.084.977
Número de ações ordinárias no término do exercício (em milhares)	1.328.835	1.084.977	1.328.835	1.084.977
Lucro líquido do exercício	351.228	286.048	359.562	297.145
Número médio ponderado das ações no exercício	1.145.941	1.084.977	1.145.941	1.084.977
Lucro básico por ação – em reais	0,26	0,26	0,27	0,27
Lucro diluído por ação – em reais	0,31	0,26	0,26	0,26

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Participação dos acionistas não controladores

2022

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Serra Negra Energética S.A.	30,00%	54.649	22.837	16.395	6.851
Salto Jauru Energética S.A.	23,92%	71.167	6.204	17.020	1.483
Total				33.415	8.334

2021

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Serra Negra Energética S.A.	30,00%	64.061	34.265	19.225	10.287
Salto Jaurú Energética S.A.	23,92%	70.346	3.389	16.817	810
Total				36.042	11.097

Movimentação dos acionistas não controladores:

2022

	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2022
Serra Negra Energética S.A.	19.225	6.851	(9.681)	16.395
Salto Jaurú Energética S.A.	16.817	1.483	(1.280)	17.020
Total	36.042	8.334	(10.961)	33.415

2021

	Saldo em 2020	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2021
Serra Negra Energética S.A.	18.184	10.287	(9.246)	19.225
Salto Jaurú Energética S.A.	19.797	810	(3.790)	16.817
Total	37.981	11.097	(13.036)	36.042

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia				
Venda de energia elétrica	26.197	2.755	1.293.579	1.171.898
Venda de energia elétrica – partes relacionadas	820.900	890.588	337.502	222.533
Venda de energia elétrica – comercialização	-	-	99.475	109.818
Resultado com MRE/CCEE (*)	8.994	96.233	52.571	282.721
Taxa de administração	2.762	-	2.762	-
Serviços de operação e manutenção – partes relacionadas	17.995	20.038	12.225	14.500
Serviços de administração – partes relacionadas	14.311	11.307	13.556	10.572
	891.159	1.020.921	1.811.670	1.812.042
Deduções da receita operacional bruta				
Impostos sobre a venda				
ICMS	(115)	(152)	(79.568)	(58.429)
PIS	(14.702)	(16.782)	(38.725)	(47.665)
COFINS	(67.719)	(77.299)	(178.421)	(219.595)
ISS	(1.930)	(1.881)	(1.969)	(1.922)
Receita operacional líquida	806.693	924.807	1.512.987	1.484.431

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo de geração de energia				
Compra de energia elétrica	-	4.227	185.314	370.707
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	806.237	953.561	561.484	396.249
Compra de energia elétrica – comercialização	-	-	91.273	137.089
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	(77.845)	(92.287)	(182.020)	(92.287)
Royalties ANEEL	6.906	35	27.317	16.306
Pesquisa e desenvolvimento	32	8	41	61
	735.330	865.544	683.409	828.125
Custo com a Operação				
Impostos, licenças e taxas	1.924	941	2.372	1.772
Viagens	2.089	1.333	2.534	1.998
Serviços de terceiros	10.286	4.780	33.072	28.436
Seguros	1.258	32	25.764	20.573
Pessoal	61.234	64.381	61.590	65.575
Depreciação e amortização	-	-	121.399	95.548
Manutenção	472	130	4.718	5.465
MRE/CCEE (*)	12.175	23.121	31.665	(73.830)
Telecomunicações	1.949	2.254	3.945	5.114
Aluguéis e utilidades	8	190	199	376
Promoção e publicidade	-	-	176	243
Doações	156	6	156	12
Outros	866	1.526	3.723	4.921
	92.417	98.693	291.313	156.203
Total do custo de geração de energia	827.747	964.237	974.722	984.328
Despesas gerais e administrativas				
Impostos, licenças e taxas	8.092	6.115	9.011	6.530
Viagens	2.092	632	2.244	634
Serviços de terceiros	26.331	20.317	27.719	21.601
Seguros	211	187	211	187
Pessoal	84.660	76.753	85.085	76.854
Pesquisa e desenvolvimento	407	442	566	607
Taxa de administração	-	3.683	-	3.683
Rateio de despesas (**)	(67.132)	(59.663)	(10.927)	(13.030)
Depreciação e amortização	35.405	21.102	29.565	16.154
Manutenção	274	175	274	175
MRE/CCEE	-	-	12	-
Telecomunicações	136	169	136	169
Royalties ANEEL	6	-	10	-
Aluguéis e utilidades	4.549	3.116	4.549	3.116
Promoção e publicidade	1.837	1.039	1.916	1.178
Doações	198	108	198	108
Outros	1.902	2.208	1.902	2.214
Total das despesas gerais e administrativas	98.968	76.383	152.471	120.180
Total de custos e despesas gerais e administrativas	926.715	1.040.620	1.127.193	1.104.508

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Nessa rubrica foi registrado recuperação de R\$ 70.838 em 31 de dezembro de 2021 devido ao registro da extensão de outorga do GSF (Nota 11e 13)

(**) A BER possui comum acordo com suas controladas, contrato de compartilhamento das despesas efetivamente incorridas e pagas em benefício e interesse do grupo atualizado pelo IGP-M. As despesas são controladas gerencialmente por departamento através de centros de custos específicos e são considerados para fins dos critérios de rateio e reembolso, percentuais de alocação de despesas com base na efetiva utilização, ocorrência e esforço de cada um dos departamentos.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita por indenização de seguro (*)	-	-	584	37.117
Indenização usinas de ZMT - Neblina e Sinceridade (Nota 7)	-	-	79.221	-
Multas e juros sobre tributos	(203)	(57)	(519)	(303)
Perda na venda de ativos	76	(2.811)	(1.051)	(24.255)
Baixa e atualização de projetos	(6.792)	(7.969)	(6.800)	(7.969)
Outros	(9.464)	(3.015)	(10.874)	(3.861)
Total	(16.383)	(13.852)	60.561	729

(*) Durante o exercício de 2021, o principal saldo registrado nessa rubrica se deve a Energética Campos de Cima da Serra Ltda. que teve o reembolso devido ao sinistro ocorrido, com isso a indenização de danos materiais foi um total de R\$36.016.

23. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	4.516	10.402	19.776	23.418
Variação monetária e cambiais, líquidas	117	409	118	406
Resultado instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	-	14.534	-
Atualização monetária sobre indenização de Neblina, Ervália e Coronel Domiciano (Nota 12)	-	-	726	605
Juros sobre mútuos	3.039	956	479	200
Outros	521	6	689	8
Total	8.193	11.773	36.322	24.637
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	96.526	32.590	125.301	48.038
Juros sobre arrendamento	2.870	1.474	3.166	1.737
Resultado instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	-	-	9.499
Despesas com letras de crédito	544	351	617	534
Variações monetárias e cambiais, líquidas	357	49	728	763
Multas e encargos sobre empréstimos	149	338	285	472
Atualização de contingências	801	769	1.146	1.274
Imposto sobre operações financeiras	1.705	1.336	4.005	3.168
Despesas com juros e descontos concedidos	93	61	45	31.750
Correção monetária UBP	30	-	237	372
Total	103.075	36.968	135.530	97.607

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Corrente				
Imposto de renda	-	-	20.752	19.018
Contribuição social	-	-	10.515	9.924
Total do imposto corrente	-	-	31.267	28.942
Diferido				
Imposto de renda	(15.640)	-	(14.228)	(154)
Contribuição social	(5.393)	-	(4.884)	(55)
Total do imposto diferido	(21.033)	-	(19.112)	(209)
Total de (receitas)/despesas de impostos	(21.033)	-	12.155	28.733

Em 31 de dezembro de 2022, a controladora possuía imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$ 415.258 (R\$ 345.610 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente. O total da base negativa e prejuízo fiscal em 2022 e 2021 são de R\$ 1.221.348 e R\$ 1.016.500.

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir os saldos da controladora e consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Tributos diferidos				
Prejuízos fiscais e base negativa	10.427	-	10.427	-
Arrendamentos	651	-	651	-
PLR	6.884	-	6.884	-
Cont. Tributária	3.425	-	3.425	-
Cont. Cível	1.531	-	1.531	-
Demais Provisões	2.135	-	2.135	-
Operação de Liquidação Futura	-	-	(1.921)	-
Extensão Outorga - GSF	(21.355)	-	(21.355)	-
Custo atribuído ativo imobilizado	(28.024)	-	(28.024)	-
Total tributos diferidos, líquidos	(24.327)	-	(26.248)	-

Na incorporação, os saldos das diferenças temporárias de ITIQUIRA e BRAUNA foram somados aos da controladora BER e seus respectivos impostos diferidos foram reconhecidos contabilmente no período.

O imposto diferido ativo sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal foram reconhecidos em função da existência de imposto diferido passivo relacionados com a mesma autoridade tributária, conforme CPC 32, item 36.

A Controladora e as controladas da sociedade, optante pela sistemática do Lucro Real e Lucro Presumido, apuraram imposto de renda e a contribuição social conforme reconciliação a seguir:

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A controladora registrou, em 2022, imposto diferido ativo sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal em função da existência de imposto diferido passivo relacionados com a mesma autoridade tributária (item 36º/ CPC32).

Consolidado

As controladas BET, COINCE, ESCURA e IGARAP possuem imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$20.532, R\$13.127, R\$2.619 e R\$1 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 21.382, R\$ 13.137, R\$2.618 e zero em 31 de dezembro de 2021), respectivamente. O total da base negativa e prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2022 é de R\$60.388, R\$38.609, R\$7.705 e zero (R\$ 62.888, R\$ 38.639, R\$7.698 e zero em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

A Controladora e as controladas da sociedade, optante pela sistemática do Lucro Real e Lucro Presumido, apuraram imposto de renda e a contribuição social conforme reconciliação a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	330.195	286.048	371.717	325.878
	34%	34%	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	112.266	97.256	126.384	110.799
Adições e exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	(190.904)	(149.909)	-	-
Amortização mais valia	1.484	1.682	3.409	1.682
Diferencial tributação presumido	-	-	(169.872)	(134.510)
Constituição/Reversão créditos fiscais diferido	52.694	48.081	49.674	47.872
Compensação prejuízo fiscal	-	-	(860)	-
Outras adições	3.427	2.890	3.420	2.890
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	(21.033)	-	12.155	28.733
(%) Alíquota efetiva	(6,37%)	-	3,27%	8,82%

(*) Aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Contas a receber					
Água Clara Energética S.A.	(a)	723	535	-	-
Alex New Energies Investimentos e Participações S.A.	(a)	74	-	74	-
Alex I Energia SPE S.A.	(a)	74	-	74	-
Alex X Energia SPE S.A.	(a)	74	-	74	-
Alex III Energia SPE S.A.	(a)	74	-	74	-
Alex IV Energia SPE S.A.	(a)	74	-	74	-
Alex V Energia SPE S.A.	(a)	74	-	74	-
Alex VI Energia SPE S.A.	(a)	74	-	74	-
Alex VII Energia SPE S.A.	(a)	74	-	74	-
Alex VIII Energia SPE S.A.	(a)	74	-	74	-
Alex IX Energia SPE S.A.	(a)	74	-	74	-
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(a)	94	-	94	-
Apollo Comercializadora Ltda.	(a)	27.164	26.756	27.164	26.756
Brasil Central Energia Ltda.	(a)	-	4	-	4
Brookfield Renewable e Eneryq Group LLC	(a)	4.373	-	4.373	-
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	(a)	701	565	-	-
Elera Renováveis Participações S.A.	(a)	-	8	-	8
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	58.463	66.448	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	56.415	8.024	58.253	23.008
Barra do Braúna Energética S.A.	(a)	-	3.215	-	-
Brookfield Renewable Power.	(a)	434	-	434	-
Brookfield Renewable Power Inc.	(a)	6.172	12.690	6.172	12.690
Bela Vista Energética Ltda.	(a)	851	750	-	750
Caçador Energética S.A.	(a)	844	676	-	-
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(a)	114	-	114	-
Rio Casca Energética S.A.	(a)	-	1	-	1
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(a)	51	42	-	-
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(a)	399	2.475	-	-
Companhia Canadense de Investimentos em Energia - Cotiporã Energética S.A.	(a)	-	8	-	-
Cotiporã Energética S.A.	(a)	839	649	-	-
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(a)	166	1	166	1
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	304	-	304	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(a)	89	-	89	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(a)	166	-	166	-
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(a)	1.297	3.100	-	-
Geração Central Eólica Renascerça I S.A.	(a)	140	-	140	-
Geração Eólica Renascerça II S.A.	(a)	161	-	161	-
Geração Central Eólica Parque Renascerça III S.A.	(a)	159	-	159	-
Geração Central Eólica Complexo Renascerça IV S.A.	(a)	161	-	161	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(a)	164	-	164	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(a)	618	3.552	618	3.552
Linha Emília Energética S.A.	(a)	1.176	896	-	-
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(a)	1.266	9.787	-	-
Gacel Participações S.A.	(a)	2.754	3.676	2.754	3.676
Galera Centrais Elétricas S.A.	(a)	134	2.667	134	2.667
São Geraldo Energética Ltda.	(a)	842	624	-	-
Rio Glória Energética Ltda.	(a)	932	1.442	-	-
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	(a)	2.534	701	-	-
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(a)	252	-	252	-
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(a)	349	-	349	-
Centrais Eólicas Içaporã Ltda.	(a)	368	-	368	-
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(a)	133	-	133	-
Itiquira Energética S.A.	(a)	-	6.974	-	6.974
Janaúba Holding S.A.	(a)	-	2	-	2
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(a)	7	-	7	-
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Contas a receber					
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(a)	68	-	68	-
Lagoa Azul Energética S.A.	(a)	970	2.545	-	-
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(a)	291	-	291	-
Lumbrás Energética S.A.	(a)	2.806	703	-	-
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	(a)	816	562	-	-
Mirante Energética S.A.	(a)	-	10	-	10
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(a)	350	-	350	-
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(a)	315	-	315	-
Pantanal Energética Ltda.	(a)	1.199	1.354	-	1.354
PCH Zé Tunin S.A.	(a)	216	796	216	796
Pezzi Energética S.A.	(a)	14.423	804	-	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(a)	246	-	246	-
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(a)	291	-	291	-
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(a)	329	-	329	-
Rio Pomba Energética Ltda.	(a)	826	616	-	-
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(a)	74	-	74	-
Energética Ponte Alta S.A.	(a)	820	656	-	-
Riachão Energética Ltda.	(a)	1.670	681	-	-
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(a)	370	-	370	-
Salto Jaurú Energética S.A.	(a)	208	182	-	-
Santa Ana Energética S.A.	(a)	-	581	-	581
Savana Geração de Energia S.A.	(a)	244	-	244	-
Central Geradora Eólica Seridó I S.A.	(a)	237	-	237	-
Central Geradora Eólica Seridó II S.A.	(a)	226	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó III S.A.	(a)	226	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.	(a)	226	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó V S.A.	(a)	226	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó VI S.A.	(a)	226	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó IX S.A.	(a)	226	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó X S.A.	(a)	226	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó XI S.A.	(a)	226	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó XII S.A.	(a)	226	-	226	-
São Luiz Energética S.A.	(a)	956	543	-	-
Energética Salto Natal S.A.	(a)	2.711	633	-	-
Serra Negra Energética S.A.	(a)	132	30	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(a)	50	108	50	106
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(a)	227	-	227	-
Tangará Energia S.A.	(a)	650	17	650	1.109
Zona da Mata Geração S.A.	(a)	30	57	-	-
Outros	(a)	-	-	1.996	2.002
		206.992	167.146	112.341	86.047

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Dividendos a receber					
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	(b)	-	109	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(b)	126	126	126	126
Barra do Braúna Energética S.A.	(b)	-	10.312	-	-
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(b)	-	1.714	-	-
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(b)	-	2.184	-	-
Companhia Canadense de Investimentos em Energia S.A.	(b)	25.928	52.536	-	-
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(b)	12.028	11.890	-	-
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(b)	2.019	1.952	-	-
Cachoeira Escura Energética S.A.	(b)	5.797	-	-	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(b)	12.902	10.042	12.902	10.042
São Geraldo Energética Ltda.	(b)	2.261	2.991	-	-
Rio Glória Energética Ltda.	(b)	7.419	5.358	-	-
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	(b)	5.831	12.042	-	-
Lagoa Azul Energética S.A.	(b)	9.071	8.732	-	-
Lumbrás Energética S.A.	(b)	4.244	7.278	-	-
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	(b)	1.293	1.199	-	-
Pezzi Energética S.A.	(b)	2.184	965	-	-
Rio Pomba Energética Ltda.	(b)	5.023	6.824	-	-
Energética Ponte Alta S.A.	(b)	4.569	2.691	-	-
Riachão Energética Ltda.	(b)	7.048	6.145	-	-
Salto Jaurú Energética S.A.	(b)	9.439	9.337	-	-
São Luiz Energética S.A.	(b)	455	43	-	-
Energética Salto Natal S.A.	(b)	3.414	7.040	-	-
Zona da Mata Geração S.A.	(b)	19.242	-	-	-
		140.293	161.510	13.028	10.168

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

Mútuos a receber					
Água Clara Energética S.A.	(c)	-	1.464	-	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(c)	18.612	64.447	-	-
Itiquira Energética S.A.	(c)	-	4.221	-	4.221
Acionistas não controladores de Salto Jaurú	(c)	14.061	21.509	-	-
São Luiz Energética S.A.	(c)	-	74.764	-	-
		32.673	166.405	-	4.221
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)					
Igarapé Energética Ltda.	(d)	-	1	-	-
		-	1	-	-

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Contas a pagar					
TerraForm Global Holding Spain 2 SLU	(e)	18	18	18	18
Água Clara Energética S.A.	(e)	45	164	-	-
Alex I Energia SPE S.A.	(e)	2.097	-	2.097	-
Alex X Energia SPE S.A.	(e)	2.102	-	2.102	-
Alex III Energia SPE S.A.	(e)	2.080	-	2.080	-
Alex IV Energia SPE S.A.	(e)	2.085	-	2.085	-
Alex V Energia SPE S.A.	(e)	2.092	-	2.092	-
Alex VI Energia SPE S.A.	(e)	2.094	-	2.094	-
Alex VII Energia SPE S.A.	(e)	2.056	-	2.056	-
Alex VIII Energia SPE S.A.	(e)	2.086	-	2.086	-
Alex IX Energia SPE S.A.	(e)	2.099	-	2.099	-
Apollo Comercializadora Ltda.	(e)	-	-	2.803	847
Brasil Central Energia Ltda.	(e)	-	278	-	5.391
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	(e)	4	476	-	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(e)	23.863	40.302	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(e)	-	-	14.865	9.737
Barra do Braúna Energética S.A.	(e)	-	18	-	-
Bela Vista Energética Ltda.	(e)	386	2.501	-	2.501
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(e)	-	11.058	-	11.058
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(e)	-	-	1.797	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(e)	-	-	2.502	-
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(e)	-	4.171	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(e)	-	1.271	-	1.271
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(e)	40	-	-	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(e)	4.129	-	4.129	-
São Geraldo Energética Ltda.	(e)	401	1.583	-	-
Rio Glória Energética Ltda.	(e)	517	-	-	-
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	(e)	1.289	2.550	-	-
Itiquira Energética S.A.	(e)	-	7.653	-	8.379
Janaúba Holding S.A.	(e)	-	49	-	49
Lumbrás Energética S.A.	(e)	40	2.366	-	-
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	(e)	367	872	-	-
Rio Pomba Energética Ltda.	(e)	206	465	-	-
Riachão Energética Ltda.	(e)	-	1.515	-	-
Salto Jaurú Energética S.A.	(e)	-	1.627	-	-
Santa Ana Energética S.A.	(e)	-	-	-	75
São Luiz Energética S.A.	(e)	80	-	-	-
Energética Salto Natal S.A.	(e)	39	1.583	-	-
Tangará Energia S.A.	(e)	7	41	7	41
		50.222	80.561	44.912	39.367

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Dividendos a pagar					
Elera Renováveis Participações S.A.	(f)	131.303	36.580	131.303	36.580
Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.	(f)	47	-	47	-
Itisa Holding LLC.	(f)	39.193	-	39.193	-
Acionistas não controladores de Salto Jaurú	(f)	-	-	2.969	2.935
Acionista não controlador de Serra Negra	(f)	-	-	4.353	6.052
		170.543	36.580	177.865	45.567
Mútuos a pagar					
Barra do Braúna Energética S.A.	(g)	-	10.075	-	-
BP Brazil US Subco LLC.	(g)	-	125.000	-	125.000
Galera Centrais Elétricas S.A.	(g)	6.732	6.732	6.732	6.732
Itiquira Energética S.A.	(g)	-	282.318	-	282.318
Zona da Mata Geração S.A.	(g)	-	10.700	-	-
		6.732	434.825	6.732	414.050
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita					
Venda de energia					
Apollo Comercializadora Ltda.	(h)	27.012	63.307	41.245	105.623
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(h)	564.046	773.451	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(h)	227.490	10.007	270.307	76.993
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(h)	223	1.244	-	-
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(h)	-	890	-	-
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(h)	-	32.710	-	-
Itiquira Energética S.A.	(h)	1.923	7.791	1.923	7.791
Pezzi Energética S.A.	(h)	-	1.188	-	-
Salto Jaurú Energética S.A.	(h)	206	-	-	-
Tangará Energia S.A.	(h)	-	-	-	12.860
Outros	(h)	-	-	24.027	19.266
		820.900	890.588	337.502	222.533

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

Nota	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Receita					
Receita com serviços de administração					
Alex New Energies Investimentos e Participações S.A.	(i)	168	70	168	70
Alex I Energia SPE S.A.	(i)	168	70	168	70
Alex X Energia SPE S.A.	(i)	168	70	168	70
Alex III Energia SPE S.A.	(i)	168	70	168	70
Alex IV Energia SPE S.A.	(i)	168	70	168	70
Alex V Energia SPE S.A.	(i)	168	70	168	70
Alex VI Energia SPE S.A.	(i)	168	70	168	70
Alex VII Energia SPE S.A.	(i)	168	70	168	70
Alex VIII Energia SPE S.A.	(i)	168	70	168	70
Alex IX Energia SPE S.A.	(i)	168	70	168	70
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(i)	159	137	159	137
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(i)	192	165	192	165
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(i)	279	236	279	236
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(i)	530	473	530	473
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(i)	294	433	294	433
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(i)	279	236	279	236
Geração Central Eólica Renascerça I S.A.	(i)	253	236	253	236
Geração Eólica Renascerça II S.A.	(i)	275	236	275	236
Geração Central Eólica Parque Renascerça III S.A.	(i)	272	236	272	236
Geração Central Eólica Complexo Renascerça IV S.A.	(i)	275	236	275	236
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(i)	277	236	277	236
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(i)	197	246	197	246
Galera Centrais Elétricas S.A.	(i)	392	332	392	332
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(i)	422	357	422	357
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(i)	585	495	585	495
Centrais Eólicas Iqaporã Ltda.	(i)	616	519	616	519
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(i)	225	192	225	192
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(i)	43	-	43	-
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(i)	487	412	487	412
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(i)	586	495	586	495
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(i)	521	440	521	440
PCH Zé Tunin S.A.	(i)	66	63	66	63
Phoenix Geração de Energia S.A.	(i)	395	334	395	334
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(i)	488	412	488	412
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(i)	552	467	552	467
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(i)	127	110	127	110
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(i)	619	522	619	522
Salto Jaurú Energética S.A.	(i)	338	386	-	-
Savana Geração de Energia S.A.	(i)	395	334	395	334
Serra Negra Energética S.A.	(i)	418	350	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(i)	35	30	35	30
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(i)	389	330	389	330
Tangará Energia S.A.	(i)	1.091	921	1.092	922
		14.311	11.307	13.556	10.572
Receita com serviços de O&M					
Brasil Central Energia Ltda.	(i)	955	1.874	955	1.874
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(i)	2.117	1.738	-	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(i)	1.851	1.452	1.851	1.452
Itiquira Energética S.A.	(i)	9.419	11.174	9.419	11.174
Salto Jaurú Energética S.A.	(i)	1.604	1.979	-	-
Serra Negra Energética S.A.	(i)	2.049	1.821	-	-
		17.995	20.038	12.225	14.500

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras					
Itiquira Energética S.A.	(k)	479	200	479	200
Acionista não controlador de Salto Jaurú	(k)	2.560	756	-	-
		3.039	956	479	200
Custo / Despesa					
Compra de energia					
Água Clara Energética S.A.	(l)	1.939	1.696	-	-
Alex I Energia SPE S.A.	(l)	24.914	-	24.914	-
Alex X Energia SPE S.A.	(l)	24.614	-	24.614	-
Alex III Energia SPE S.A.	(l)	24.549	-	24.549	-
Alex IV Energia SPE S.A.	(l)	24.858	-	24.858	-
Alex V Energia SPE S.A.	(l)	24.455	-	24.455	-
Alex VI Energia SPE S.A.	(l)	24.454	-	24.454	-
Alex VII Energia SPE S.A.	(l)	24.951	-	24.951	-
Alex VIII Energia SPE S.A.	(l)	24.371	-	24.371	-
Alex IX Energia SPE S.A.	(l)	24.752	-	24.752	-
Apollo Comercializadora Ltda.	(l)	-	38.872	29.397	53.399
Brasil Central Energia Ltda.	(l)	475	1.581	29.010	62.041
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	(l)	5.020	4.911	-	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(l)	217.188	490.090	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(l)	4.942	2.615	93.482	72.802
Bela Vista Energética Ltda.	(l)	23.270	19.924	20.079	19.924
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(l)	377	1.452	-	-
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(l)	-	3.409	-	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(l)	-	-	21.155	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(l)	-	-	29.457	-
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(l)	36.001	43.990	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(l)	11.138	37.512	11.138	37.512
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(l)	16.752	15.566	-	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(l)	425	-	425	-
São Geraldo Energética Ltda.	(l)	17.849	19.282	-	-
Rio Glória Energética Ltda.	(l)	9.027	11.109	-	-
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	(l)	35.636	27.594	-	-
Itiquira Energética S.A.	(l)	98.049	123.615	98.281	132.161
Lumbrás Energética S.A.	(l)	27.321	23.813	-	-
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	(l)	10.883	10.910	-	-
PCH Zé Tunin S.A.	(l)	3.905	13.095	3.905	13.095
Pezzi Energética S.A.	(l)	-	2.538	-	-
Rio Pomba Energética Ltda.	(l)	6.415	4.997	-	-
Riachão Energética Ltda.	(l)	16.714	16.348	-	-
Salto Jaurú Energética S.A.	(l)	18.695	17.033	-	-
Santa Ana Energética S.A.	(l)	59	4.316	3.069	5.189
Energética Salto Natal S.A.	(l)	22.071	17.167	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(l)	168	126	168	126
		806.237	953.561	561.484	396.249
Despesas financeiras					
Itiquira Energética S.A.	(m)	31.662	19.504	31.662	19.504
		31.662	19.504	31.662	19.504
Outros custos					
Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.	(n)	945	1.912	945	1.912
		945	1.912	945	1.912

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção, reembolso de despesas e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (c) Operações de mútuos a receber entre a Sociedade e empresas do grupo (nota 6);
- (d) Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) aportado nas empresas investidas;
- (e) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (f) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (g) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo (nota 16);
- (h) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (i) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (j) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de operação e gestão da manutenção das usinas (PCHs e UHEs), possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (k) Receitas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (l) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (m) Despesas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (n) Valores referentes às despesas com aluguel da sede administrativa da Sociedade.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Seguros

Controladas em operação

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a Tangará Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 o total da cobertura assegurada para os bens administrativos da Sociedade é de R\$ 29.821 (R\$ 29.821 em 31 de dezembro de 2021).

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora					
	2022			2021		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	8.735	8.735	-	27.073	27.073
Mútuos a receber	32.673	-	32.673	166.405	-	166.405
Contas a receber	227.109	-	227.109	175.844	-	175.844
Dividendos a receber	140.293	-	140.293	161.510	-	161.510
	400.075	8.735	408.810	503.759	27.073	530.832

Ativos financeiros	Consolidado					
	2022			2021		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	59.077	59.077	-	108.603	108.603
Mútuos a receber	-	-	-	4.221	-	4.221
Contas a receber	314.656	-	314.656	327.639	-	327.639
Dividendos a receber	13.028	-	13.028	10.168	-	10.168
Contratos de comercialização de energia	-	45.723	45.723	-	102.382	102.382
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	29.560	29.560	-	36.507	36.507
Contas a receber - Indenização	79.283	-	79.283	-	-	-
Uso do Bem Público - UBP	-	-	-	-	-	-
- Direitos de Outorga	15.770	-	15.770	16.761	-	16.761
Ativo financeiro	15.979	-	15.979	28.184	-	28.184
	438.716	134.360	573.076	386.973	247.492	634.465

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	2022	2021
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	76.063	88.021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	627.771	833.055
Dividendos a pagar	170.543	36.580
Arrendamento	28.917	16.197
Direitos de Outorga	15.306	-
	918.600	973.853

	Consolidado					
	2022			2021		
Passivos financeiros	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
	Contas a pagar	126.454	-	126.454	126.108	-
Empréstimos, financiamentos e	1.035.989	-	1.035.989	1.234.633	-	1.234.633
Dividendos a pagar	177.865	-	177.865	45.567	-	45.567
Contratos de comercialização de energia	-	40.072	40.072	-	111.265	111.265
Arrendamento	32.371	-	32.371	22.149	-	22.149
Uso do Bem Público - UBP -						
Direitos de Outorga	15.306	-	15.306	19.666	-	19.666
	1.387.985	40.072	1.428.057	1.448.123	111.265	1.559.388

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

- Empréstimos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	59.077	108.603
Depósitos restituíveis e valores vinculados	29.560	36.507
Contratos de comercialização de energia	45.723	102.382
Total ativo:	134.360	247.492
Contratos de comercialização de energia	40.072	111.265
Total passivo:	40.072	111.265

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximado do valor contábil.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

As controladas diretas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas diretas da Sociedade efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela

Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, para as empresas repactuadas a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor (GSF)*, fazendo com que as controladas diretas da Sociedade tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo.

Para reduzir este risco, as controladas diretas da Sociedade tiveram duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão*

As controladas diretas da Sociedade detêm outorgas de concessão e autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. Para as usinas que possuem concessão, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, têm a prerrogativa de solicitar prorrogação por um período de 20 anos, por terem sido outorgadas anteriormente a 11 de dezembro de 2003.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão--Continuação*

Para as usinas que possuem autorização, os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de concessão e autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as controladas diretas da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

viii) *Risco de preços de energia*

Os contratos de compra e venda de energia elétrica são firmados para curto e longo prazo. Desta forma, a Brookfield Energia Comercializadora Ltda., controlada direta da Sociedade, fica exposta a variações de preço de energia – em especial do PLD (“Preço de Liquidação das Diferenças”) para atender a esses compromissos, o que inclui ainda o risco de preço entre sub mercados, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

A Sociedade possui uma política de gestão de risco e uma política de compra e venda de energia que definem as diretrizes e processos para controle e mitigação desses riscos.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos financeiros	Exposição (R\$ mil)	Cenário I (Variação de 25%)	Cenário II (Variação de 50%)
Risco: Alta PLD			
Contratos futuros de energia - Compra	(40.072)	(50.090)	(60.108)
Contratos futuros de energia – Venda	45.723	57.154	68.585
Total Líquido – Cenário Alta PLD	(5.651)	(7.064)	(8.477)

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Cenário I (Variação de 25%)	Cenário II (Variação de 50%)
Risco: Baixa PLD			
Contratos futuros de energia - Compra	(40.072)	(30.054)	(20.036)
Contratos futuros de energia – Venda	45.723	34.292	22.861
Total Líquido – Cenário Baixa PLD	(5.651)	(4.238)	2.825

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante o exercício de 2022, a controlada direta Brookfield Energia Comercializadora Ltda. negociou com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de obter ganho financeiro sobre as diferenças de preço futuro entre operações de compra e venda de energia.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas.

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores de mercado.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Eventos subsequentes

No âmbito da ação monitória n.º 1117586-08.2018.8.26.0100 ajuizada pela Engecon, a controlada da Companhia Salto Jaurú Energética S.A. interpôs recurso especial contra o acórdão da apelação, porém o TJSP realizou o exame de admissibilidade do recurso especial e negou seu seguimento. A decisão foi publicada em 30 de Janeiro de 2023. A partir dessa data os assessores jurídicos da controlada da Companhia para esta ação judicial reavaliaram o prognóstico de perda acerca da causa, de modo a considerá-la, a partir de fevereiro de 2023, como uma causa com prognóstico de perda “provável” contra a controlada da Companhia no montante total de R\$ 19.209.

Os desdobramentos do referido litígio se devem a eventos ocorridos após o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e conforme avaliação da Companhia de acordo com o CPC 24 – Evento Subsequente, a mudança de prognóstico de perda na ação monitória se trata de um evento subsequente não ajustável contabilmente, e portanto não impactando a posição patrimonial e financeira da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo 31 de dezembro de 2022.

Em 8 de fevereiro de 2023, o STF decidiu sobre coisa julgada em matéria tributária (Temas 881 e 885), considerando que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. O Sociedade e seus consultores jurídicos avaliaram e não identificaram nenhum impacto material em função dessa decisão na Controladora e no Consolidado.

29. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 16 de março de 2023.